



Assembleia Municipal

## ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2005

### Quarta acta

Ao trigésimo dia do mês de Junho do ano de dois mil e cinco, reuniu em sessão ordinária, pelas 21:45 horas, a Assembleia Municipal de Albufeira, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Albufeira, por convocatória de um de dezassete de Fevereiro, e Aditamento de vinte quatro de Junho, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**PONTO PRIMEIRO:** Aprovação das actas das sessões de 29/09/2004, 14/10/2004, 18/11/2004 e 20/12/2004; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Aditamento ao regulamento de Venda Ambulante, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de autorização para a concessão de um sistema de transportes públicos de interesse turístico em comboio rodoviário articulado (zona poente da cidade), nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração do Plano Director Municipal de Albufeira, ao abrigo do regime simplificado, nos termos da alínea b) do n.º 3 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, de desafectação do domínio público, de uma parcela de terreno - processo de obras particulares n.º 25/86, de Adelino Ribeiro e José de Jesus Cabrita, nos termos da alínea b) do n.º 4 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO SETIMO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2005/2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO OITAVO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da 2ª Revisão do Orçamento de 2005, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO NONO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de equipamento de iluminação de Natal em regime de aluguer, nos termos da n.º 1 e n.º 6 do art. 22º do D.L. n.º 197/99, de 8 de Junho. -----

**ADITAMENTO:** -----

**PONTO DÉCIMO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para alienação de um prédio rústico destinado à construção de habitação a custos controlados (CHH) nas Ferreiras, por empresas privadas, nos termos da alínea i) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO DÉCIMO PRIMEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para a contratação do pedido de empréstimo para investimento até ao montante de € 900.000,00, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

**PRESENCAS:** Feita a chamada verificou-se estarem presentes os membros, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Francisco João Magalhães Calhau, Carlos Duarte Vieira Gabriel, José Manuel Bota Sequeira, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Carlos Sérgio Freire Quintino, Fernando José dos Santos Anastácio, Fernando Cabrita Neves, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Helder José Coelho Guerreiro, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Francisco José Pereira Oliveira e Vítor José Correia Maria Vieira. -----

Procedeu-se à chamada dos Presidentes da Juntas de Freguesia, verificando-se as presenças de: Helder Sousa (Albufeira), Francisco Guerreiro (Paderne), Berto Palma (Olhos de Água) e Fernando Gregório (Ferreiras). -----

O membro, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, chegou pelas 22:20 horas.-----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo e Ana Vidigal e não permanência, Vitor Clemente e Carlos Lima.-----

**FALTAS:** Vítor José Cabrita Neto, Miguel Alexandre Correia Mesquita, António Paulo Martins dos Santos, José Paulo Aboim (Presidente da Junta de Freguesia da Guia) e Eduardo Medeiros. -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Vítor Neto, Miguel Mesquita, António Santos, Manuel dos Anjos Meirinho, Maria Fernanda Rodrigues e Aníbal de Sousa, foi verificada a legitimidade e identidade dos membros imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, Maria Eugénia Xufre Baptista e Adolfo Miguel Gregório.-----

Presidente da Assembleia - Antes de dar início a esta Assembleia e face a acontecimentos, o falecimento do ex-Primeiro Ministro, Vasco Gonçalves e falecimento daquele que foi o líder carismático durante muitos anos do PCP, Álvaro Cunhal. Eu convidava esta Assembleia a um minuto de silêncio em homenagem a estas duas figuras da nossa sociedade e que foram relevantes. Aproveitava também, em meu nome e penso que em nome desta Assembleia, apresentar as condolências ao Senhor representante do PCP, Fernando Neves. -----

Faz-se um minuto de silêncio. -----

Fernando Cabrita - Este minuto de silêncio devia contemplar também o social democrata, Emídio Guerreiro, como uma figura impar da nossa cultura. -----

Faz-se um minuto de silêncio. -----

Francisco Calhau - Permita-me que em nome da bancada do PSD agradeça ao Dr. Cabrita por se ter lembrado, com este, gesto do líder histórico do nosso partido. Obrigado. -----  
O Presidente da Assembleia dá início ao período antes da ordem do dia, com o período destinado ao público. -----

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Arg.º Nascimento - Trago aqui dois documentos que vou passar a ler. Vou tentar não exceder quinze minutos. -----

Presidente da Assembleia - Relembro que o período máximo de intervenção por elemento do público, é de dez minutos, em termos estatutários. -----

Arg.º Nascimento - São dois assuntos de interesse. (apresenta os doc.s 1 e 2). -----

### *Proposta à Assembleia Municipal de Albufeira* Sessão de 30 de Junho de 2005

*Proponho que esta Assembleia delibere, inequívoca e urgentemente, que a mega intervenção que o Polis pretende executar nas nossas arribas, entre o molhe do Porto e o Inatel é uma intervenção gravosa para a imagem turística de Albufeira, para a coerência qualidade e beleza da paisagem, anti-ambiente, e errada em termos de segurança e estabilidade, e como tal deve ser suspensa (devidamente assegurada a normal e muito mais económica, periódica limpeza na arriba do que nela ameaça cair sobre o areal - principalmente no fim do Inverno - e a exclusão total de plantio de palmeiras e demais árvores e arbustos e suas regas na crista da arriba, como durante décadas com comprovado sucesso era de uso fazer-se).*

*Caso a Assembleia se considere insuficientemente esclarecida, que sejam aqui convocados com urgência a uma Sessão Extraordinária deliberativa, os responsáveis por tal ataque ao nosso património, para que se expliquem, e os seus pontos de vista possam ser rebatidos. E seja amplamente divulgado previamente aos cidadãos e agentes económicos o projecto das obras, a convocação da Sessão, e aberta a mesma à activa participação de quem queira intervir.*

*A manter-se esta intervenção do Polis (uma "estúpida" sabotagem aos interesses de Albufeira), solicito às forças políticas representadas na Assembleia que comuniquem aos munícipes as suas posições. (As grandes e dispendiosas fotos, já patentes Concelho fora, mostram que estamos já em pré-campanha eleitoral autárquica. É oportuno pois, que as forças intervenientes digam com clareza o que pensam sobre tão grave assunto. Não é tempo de equívocos, meias palavras, nem de subterfúgios ou truques políticos para que fique tudo na mesma).*

*Não cabe a um município de tanto peso como o nosso seguir cegamente directivas extracancelhais tão gravosas e estúpidas, como estas com que o Polis nos brinde, em lugar de pensar por si próprio! E, se há convicções locais, que se saiba publicamente quem apunhala Albufeira pelas costas, para que na hora do voto pesem mais que a mera e habitual "clubite". Os munícipes não passaram carta branca a ninguém para destruir o seu mais precioso património, a sua faixa litoral, de que vivem. Destruída esta, não é com grandes obras de fachada noutros locais, e festas ou foguetório, que sobreviveremos no panorama turístico mundial, repleto de tentadoras ofertas que sabem preservar e tirar partido do seu património.*

*Note-se como agravante, que a intervenção decaia os anteriores desmandos na Praia do Peneco, incluindo a brutal betonização de grutas e arribas (o que o actual Primeiro Ministro Sócrates, então Ministro do Ambiente, reconheceu como tendo sido "um erro").*

*Ora é grave repetir erros desta dimensão, que levam à total desclassificação turística de Albufeira. Tal só é compreensível como acção de quem inveja ou odeia Albufeira, ou é tecnicamente incompetente e não tem qualquer sensibilidade para com a Natureza, o Belo em geral, não percebe a dinâmica duma arriba num mar bonacheirão como o nosso - um dos motivos por que temos turismo de praia - nem sabe o que é uma "partilha de descarga" agindo na génese duma gruta, nem entende o fenómeno turístico de que vivemos, e que felizmente nos coloca à cabeça de todos os indicadores de desenvolvimento, neste Portugal sem esperança.*

*Intervir, e de forma descobida e dura prevista, principalmente no belo traço de arriba dourado entre o Pau da Bandeira e a Praia dos Britos, antes do Inatel, um das mais belas de todo o Algarve (onde, a aceitarmos o projecto Polis, não será mais possível uma*

*simples e fresca gruta), é um autêntico crime! É condenar Portugal a ser país imbecil e retrógrado.*

*E é totalmente inexplicável que (e exactamente na altura em que o nosso incoerente Estado propõe para todo o Sotaventos uma protecção de grande envergadura a tudo o que é duna - que nem se pode pisotear, quasi que nem olhar, e que pouco contribui para a economia regional - e com a Costa Vicentina já protegida) a bela Costa calcária do Barlavento, o ganho não directa ou indirectamente de todo o Algarve, esteja totalmente sem protecção legal e a saque de quem mais queira, a começar pelo próprio Estado, autor dos maiores desmandos feitos no nosso litoral concelhio, e que se reflectem já na sucessiva baixa de qualidade do nosso turismo.*

*Só para destruir a nossa Natureza e o nosso Património é que não é preciso Estudo de Impacte Ambiental, bastando a discutível opinião e mando de meia dúzia de instalados burocratas quando se trata de destruir arribas de valor inequivocamente mundial como as nossas; quando é necessário até para um mero túnel urbano, como acontece no ambiente já de si totalmente artificial duma grande cidade! Que belas leis que nós temos!*

*Atente-se igualmente que a habitual grande preocupação com a segurança dos utentes das nossas praias, apregoada como necessidade da sua betonização, é um argumento hipócrita pois, se fosse verdadeira, há mais de 20 anos que tinham sido demolidas as duas casas em ruínas, no início do Rossio na Praia do Peneco, donde de vez em quando despenca algo! E quando há uns dois anos alertei (deixando inclusive elucidativa ampliação fotográfica) para a iminência de derrocada de considerável bloco, exactamente no traço de arriba onde agora pretendem intervir, durante mais de um ano nada foi feito, até que despençou por si, por sorte sem consequências!*

*Inexplicavelmente, e num país falido como o nosso, aos burocratas - quem realmente por cá manda - e seus técnicos coadjuvantes, só interessam grandes empreitadas, e não resolvem os problemas que vão surgindo atenuada, e aparentemente para criar motivo para essas vultuosas intervenções, falsas e politicamente espantantes.*

*Se na arriba há um canal suspenso, limpa-se de detritos em lugar de o betonar; se uma escombreira a despencar lentamente para zona sem risco, não se substitui por inestético muro de betão, que também tarde ou cedo vai cair; e as pequenas grutas da zona em causa são todas totalmente inofensivas, e apetecíveis pela sua fresquidão na canícula, para que inexplicavelmente sejam colmatadas (alíeis uma delas já o foi quando da intervenção no Peneco, para escassos meses depois o mar, numa noite mais rija, a repor totalmente no seu estado original, o que passou um dos vários e mais nitidos atestados de incompetência ao geólogo promotor de tão absurda ideia).*

*Com a maquinaria actualmente existente, é relativamente simples - e sem recurso a qualquer necessidade de aparato, sem andaimes ou tapumes - executar qualquer serviço de limpeza na arriba a Nascente do Pontão, a partir do areal em baixa-mar. E em emergência, em época de ponta, até se faz de noite com recurso a holofotes!*

*A Câmara, que dispõe de muitas centenas de funcionários de todos os tipos e das mais diversas qualificações, podia e devia ter uma equipa especializada na limpeza de arribas, uma equipa que fosse consciente do valor económico e patrimonial do que está em jogo.*

*Não se pense, por outro lado, que o problema de segurança de arribas é maior no traço central da Enseada de Albufeira, do que no restante do litoral da bela costa rochosa concelhio dotada de areais imediatamente anexos, pois é absolutamente igual em termos de risco de despençamento sobre veraneantes: no traço entre o INATEL e o Leixão, na Praia Grande das Semarias (hoje apelidada de S.Rafael), nos Três Penecos, na Balaia, em S.ta Eulália, nos Olhos de Água, na Coelha, entre outras praias. E decerto ninguém pretende betonar todo o litoral do Concelho, o que além de antieconómico nos arruinaria de vez turisticamente. Porque castigar pois com esta solução estúpida precisamente as praias onde o turismo em Portugal verdadeiramente começou, em 1962?*

*E betonar o resto da costa do Barlavento algarvio: a de todo o litoral do Carvoeiro, o que resta da Rocha, Armação de Pêra poente, os Três Irmãos, a Ponta da Piedade? Seria o fim do Algarve, e uma boa machadada para a fraca economia deste irracional País. Felizmente que não há dinheiro para um disparate de tal dimensão, e não parece crível que a Europa abra o saco para tal estupidez! Porque Albufeira? Só por ódio, ou irracionalidade!*

*Espero sinceramente que se resolva localmente este problema a contento, para que não seja necessário envolver toda a comunicação social do País, os vários comentadores políticos, as forças políticas nacionais, e os próprios mecanismos da comunidade europeia para que vejam como são gastos os nossos fracos recursos, o que decerto geraria mais um grande escândalo nacional, indesejável no meio da crise de confiança que atravessamos. Mas Albufeira merece, agradece e justifica!*

*Manuel S.M. Nascimento*

Manuel S.M. Nascimento  
município, Arquitecto  
Ex-vereador, e ex-membro da Assembleia Municipal de Albufeira

## Lamento, apresentado à Assembleia Municipal de Albufeira Sessão de 30 de Junho de 2005

### Sobre a Vila Antiga

Procede o Polis, em nome da modernidade, à remodelação de pavimentos e canalizações na Vila antiga de Albufeira, intramuros, totalmente alheado do valor patrimonial do que revolve a seu belo prazer com pá de escavadora, uma estranha forma de fazer arqueologia. Não pode alegar desconhecimento, após as minhas várias intervenções públicas, orais ou escritas, sobre esse valor patrimonial (e se duvidava das minhas opiniões, antes de agir, tinha obrigação de se informar devidamente junto das entidades competentes sobre o que se propunha fazer). Nada admira porém numa terra onde o anterior presidente da Câmara desconhecia totalmente, conforme o mostrou em plena sessão da Assembleia Municipal, que Albufeira tinha e tem um vetusto Castelo, embutido nas ruínas do seu núcleo antigo.

A descoberta há escassos anos dum menir, exactamente no Picalto, o ponto de cota mais elevada do núcleo amuralhado, faz repensar a data da fundação de Albufeira com acentuado recuo nos tempos, e como tal aumenta substancialmente a quantidade de restos arqueológicos potencialmente existentes sob a sua carapaça construída actual, o que eleva em muito o cuidado que devia haver ao tocar nas sucessivas folhas desse livro sagrado onde a actividade humana de inúmeras gerações foi deixando ténues testemunhos do passado.

Passo a transcrever com a devida vénia, elucidativos extractos do 1º vol. da História de Portugal, recentemente editada pelo Ediclube: (pag.557) *"Com base nos dados actualmente disponíveis, os menires podem ser considerados a mais antiga forma de arquitectura megalítica."* (pag. 553) *"(...) tem-se proposto, para os menires uma função simbólica ligada à ideia de «axis mundi», centro de referência do espaço habitado (cosmos) por oposição ao espaço desconhecido, hostil e caótico (...)."* Nesta perspectiva, os menires poderão constituir os vestígios físicos dos rituais de fundação das primeiras redes de povoamento sedentário que se foram estruturando a partir das comunidades instaladas no litoral e nos estuários das grandes rios". (...) pontuando os territórios que foram sendo arroteados, num processo que deve ter-se desenvolvido do litoral para o interior, a partir do Neolítico Antigo/Médio; com (pag. 552) *"(...) uma certa perduração do valor mágico-religioso destes monumentos muito para além do contexto cronológico e cultural em que foram produzidos"*; (pag. 517) *"Os menires do Algarve levantam assim, também, a questão fulcral da sua duração ao longo de uma grande faixa de tempo, (...)"*; (pag. 558) *"Os menires corresponderiam a uma fase de penetração num território virgem, onde havia que estabelecer bases, abrir caminhos, prospectar recursos."* (pag. 559) *"Nalguns casos, verifica-se também uma relativa proximidade entre os menires isolados e os necrópoles megalíticas, fenómeno que tem levado alguns autores a atribuir-lhes a função de indicadores dos espaços funerários."* Na Europa, os menires apresentam uma dispersão acentuadamente litoral, com maiores densidades em Portugal, na Bretanha e nas Ilhas Britânicas; *"No nosso País podem isolar-se três áreas distintas em que se conhecem*

menires: (...) "e no Algarve, com uma forte concentração entre o cabo de S. Vicente e Silves".

(pag 301) *"Encontramos no nosso território, desde os inícios do V milénio, sítios arqueológicos que classificamos como pertencentes ao Neolítico Antigo. O limite inferior deste período colocamo-lo algures ainda na primeira metade do III milénio a.C." (...)* *"Vão lentamente emergir agricultores e pastores, caminhos de passagem e rotas de troca. Multiplicam-se padrões de implantação na paisagem e culturas materiais que caracterizam áreas concretas, formas diferentes de enterrar mortos e de assinalar propriedade, terras e espaços sagrados, deuses que velam por vivos e mortos"* (fim de citação)

Embora decerto com dificuldade para uma exacta datação, não parece errado indicar uma data algures entre o ano 5.000 e o 3.000 a.C. ( Calcolítico pag. 364) para o erigir do nosso menir do Picalto (que marca a entrada de Albufeira no mundo cultural susceptível de nos legar restos materiais detectáveis), e que de certa forma data a fundação de Albufeira. Tomemos um valor médio, e podemos dizer com razoável certeza que a ocupação humana do mini-promontório onde se veio a situar a Vila antiga de Albufeira (facilmente defensável e rodeado de água por todos os lados excepto a poente, e dotado para a época dum bom porto interior), se situou por volta do ano 4.000 a.C.

Albufeira tem pois cerca de 6.000 anos de existência! Dai para cá, pelo menos 240 gerações (considerando a sequência média de 4 por século) pisaram sucessivamente o nosso solo. Albufeira é uma das raríssimas localidades de Portugal com ocupação permanente ao longo de tanto tempo. (Os antigos castros foram abandonados na esmagadora maioria para a romanização, o próprio Porto esteve ermo muito tempo durante a reconquista, o mesmo acontecendo em sucessivas fases às várias zonas de todo o País a sul do Douro à medida que a reconquista prosseguia, principalmente no Alentejo; Coimbra trasladou-se da romana Conimbriga; Faro foi fundado pelos fenícios, desconhecendo-se-lhe ocupação anterior; a primitiva Silves era noutro local mais próximo do mar; Lagos, Tavira e Portimão são de fundação posterior... Lisboa, como Albufeira, é decerto um dos poucos locais com ocupação permanente, talvez Santarém, também).

A ocupação dos povos neolíticos em Albufeira durou até à chegada dos fenícios, cerca de 900 a 800 a.C.; o período fenício ficou atestado pelo topónimo Baltum, e a coroa periférica dos topónimos Balaia, Bal Far (termo ainda em vigor na década de 1910, actualmente adulterado para Vale Faro, ou Vale Mangude), Baleeira, e talvez Balota (com possível corrupção para a actual Bolota), que atestam que a ocupação fenícia mais que dum simples baluarte fortificado envolvendo um mero entreposto comercial se estendeu a razoável território periférico, e tendo perdurado uns 8 séculos (os topónimos não perdurariam aliás sem uma ocupação humana significativa).

O domínio cartaginês (como sobre as restantes colónias fenícias em Espanha) iniciou-se na segunda guerra púnica (218-201 a.C.) e foi curto (em 206 a. C. terminou com a rendição de Gadir (Cádiz) e a expulsão dos cartagineses de Espanha pelos romanos. A continuidade da ocupação dos descendentes dos colonos fenícios de Albufeira até à plena e lenta ocupação romana ficou atestada pela continuidade do seu nome Baltum, bem como dos topónimos envolventes, que demonstram que em toda a região não houve qualquer hiato ocupacional.

Do longo período Romano subsequente passou-se ao hiato visigótico (os primeiros bárbaros a invadir a Península fizeram-no em 409 d.C., mas o pleno domínio

visigótico desta só é conseguido em 585, e termina desencontradamente entre 711 e 715 d.C.). O relativamente escasso número de invasores quer bárbaros, quer visigóticos e muçulmanos envolvidos nas suas ocupações na Península Ibérica, não criou emaranhamentos, excepto quando da reacção de reconquista, pelo que não há qualquer motivo plausível para que tenha havido qualquer descontinuidade na continuidade habitacional de Albufeira nestes períodos.

Até 1249 (com a breve conquista de Sancho I pelo meio) manteve-se Albufeira como território árabe, imbuída nesta então brilhante civilização, com o nome de Albuhera. Não houve em Albufeira qualquer emaranhamento durante as guerras da reconquista (Em Paderne o castelo foi abandonado então, recolhendo-se os moradores árabes ao de Albufeira).

Tenho pois por certo que Albufeira manteve 6.000 anos de ocupação permanente, primeiro sob um nome desconhecido, depois com o de Ba'altum, a que se seguiu Baltum, Albuhera, e finalmente Albufeira. É tempo demais para que se possa desprezar o legado arqueológico sob ela existente, tanto mais que poucas localidades do País se podem orgulhar de tão longa continuidade habitacional. E durante todo esse longo período, Albufeira pode orgulhar-se de se ter mantido quase sempre ligada às mais avançadas fontes culturais da época: à civilização megalítica e ao avanço cultural neolítico vindo do Oriente Fértil; ao Mediterrâneo e ao Médio Oriente no período fenício; a Roma, durante o seu vasto império; aos primórdios do avanço paleocríst na Espanha em S.ta Eulália; ao Emirato de Córdoba, onde a cultura greco-romana se recolheu durante a Idade Média em que a Europa definiu; ou à Taifa dos poetas de Silves no período árabe final... Não se pense pois que o legado arqueológico de Albufeira é potencialmente irrelevante, pois nada o faz pressupor.

Ora, nos últimos dois séculos e meio Albufeira sofreu bastante no seu património: começou com o terramoto e o maremoto de 1755, que a deixou totalmente arrasada, as torres da muralha derrubadas a meia altura, o bairro extramuros de Santana e a igreja do mesmo nome volatilizados, a matriz arrasada e que passou a cemitério, as suas casas totalmente em ruínas, o grosso da sua população morta.

Seguiu-se o vandalismo do Remexido, em 1833, do cerco de Albufeira, o último cerco a um castelo antigo em Portugal, com o fuzilamento da verção camarária, o queimar dos arquivos e de casario. Passou a ser depreciativamente chamada, a terra dos queimados...

Na década de 1910, em nome da modernidade, a Câmara mandou, sem mais nem menos, demolir as três portas da muralha, que ainda nessa altura era possível contornar superiormente. Dai para cá foi sendo permitido o adosar de casas à mesma e o camuflar consequente desta.

Na década de 1930, o enchimento com entulhos, em nome da modernidade e da salubridade, aquando da construção do Largo da Meia Laranja e da posterior rua do Ribeiro, acabou com os restos do antiga laguna, o ex-porto interior fenício, romano e árabe. Quanto nos valorizaria hoje, se ao contrário tivesse tudo sido desassoreado?

Em 1977 resolveu a Câmara, em lugar de valorizar os abundantes achados da antiga igreja matriz medieval, deixá-los a esmo no quintalão e transformar o local em armazém camarário. Perderam-se pedras trabalhadas, e as pinturas medievais doutras, então ainda visíveis desapareceram com as intempéries.

Por essa altura o actual pároco permitiu a total vandalização do museu arqueológico que o seu antecessor, o falecido padre Semedo tão laboriosamente organizara, picando rebocos e demolindo telhado para cima das vitrinas, e abrindo portas escancaradamente aos vândalos, mandando peças a esmo para o quintal anexo, sem que a Câmara tenha mexido dedo.

Já antes, a Rua da Bateria quando da abertura da esplanada do Túnel tinha visto a derrocada dos restos do antigo paiol, e posteriormente nas várias fases de colocação de canalizações a que tem sido submetida vai vandalizar as muitas sepulturas das centenas de enterramentos de 1755.

Uns dois anos depois, aquando da construção do Hotel Califórnia, as escavações do que se revelou ser a antiga e vasta estremeira do Castelo, escondida por baixo duma ampla zona de salgaadeiras, e que tinha espessa camada de restos com muitos séculos de acumulação, em lugar de serem pesquisados (e importantes dados principalmente sobre o evoluir da alimentação local ao longo de séculos aí se encontravam; vi igualmente uma moeda e um pequeno capitel) foram levados à balda para servir de entulho na terraplenagem do primeiro campo de futebol municipal, hoje desactivado.

Quando da construção do actual edifício que substituiu a antiga casa do Barão, ex-posto da GNR, não houve qualquer cuidado e as sepulturas pré-históricas e demais artefactos aí encontrados foram lixo.

Quando há remodelações em edifícios do núcleo intra-muros não há qualquer acompanhamento por arqueólogos como se justificava. Eu próprio assisti, chamado por alma caridosa ao resto da demolição dum antigo silo, que fotografiei.

Quando da transformação do antigo hospital da Misericórdia, totalmente inserido no que fora o Castelo propriamente dito, a zona da guarnição que Albufeira como praça forte do centro do Algarve teve, não houve qualquer preocupação em pesquisar ou preservar. E quando da remodelação do antigo edifício junto à torre da Porta da Vila, foi demolida pela Câmara bem um metro da largura da torre aí existente, e ridiculamente para fazer uma mísera casa de banho, que o projectista não soube enquadrar noutro local. Nesse edifício funcionou posteriormente a Assembleia Municipal.

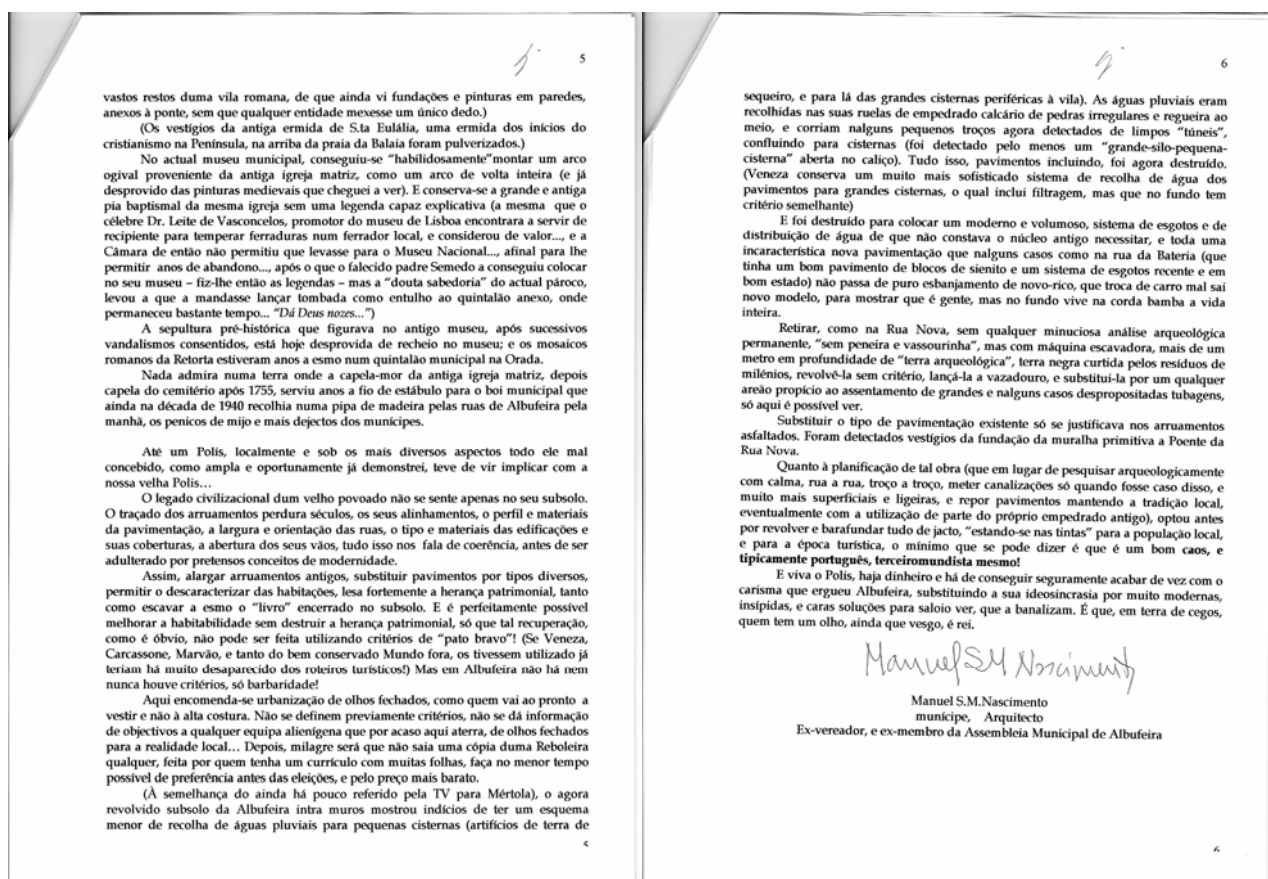
A obra na casa particular junto ao cemitério Velho (cujo terreno, um quintalão junto à antiga igreja velha, que esteve devoluto décadas a fio, e que a Câmara devia ter adquirido como recomendai, para escavação), e onde foi encontrado o menir, não teve qualquer acompanhamento arqueológico, tendo o menir sido enterrado à pressa para não dar nas vistas, não tendo os fiscais camarários dito fosse o que fosse sobre tal facto. Foi a meu pedido feito, ao que consta, documento comprovativo do achado, para prova do mesmo, mas dele não foi até hoje feita qualquer informação pública como a importância do achado merece, nem dado conhecimento, que se saiba, às entidades competentes como convinha.

Permitiu-se que grande parte do antigo sistema de cisternas, que abasteceram Albufeira durante milénios de sequeiro local até Setembro de 1939, fosse demolido sem ao menos se fazer um correcto levantamento e documentação fotográfica das mesmas.

Permitiu-se a betonização das arribas da zona da rua da Bateria, que eram a muralha natural Sul do Castelo.

Procedeu a actual Câmara, vai para uns dois anos a betonização e pintura dos restos da arribas do Porto interior, por detrás da antiga drogaria Labisa.

(Nos limites do concelho, uma ponte romana, a ponte Barão foi totalmente revestida a betão, e camuflada; tendo, sido anos antes, arrasadas por uma horta os



De momento, não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos membros da Assembleia para consulta. -----

De seguida o Presidente da Assembleia inicia o período destinado aos membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:-----

Fernando Neves - Nós sabemos que Albufeira desenvolveu-se muito, mas não temos um crematório no cemitério. A minha intervenção é no sentido de que se faça um crematório em Albufeira. Penso que há muita gente que gostaria de ser cremado. -----

Fernando Anastácio - A intervenção do arquitecto Nascimento suscita-me uma questão. Não directamente relacionado com as questões que expôs, mas até com alguma metodologia de trabalho que é levada nesta Assembleia. Eu recordo-me, salvo o erro não estou enganado, corrija-me Sr. Presidente se assim não for, que foi deliberado nesta Assembleia, penso que até por iniciativa de proposta do PSD, que os projectos de execução das intervenções Polis, antes de serem executados, seriam apresentados e discutidos nesta Assembleia. Penso que isso foi deliberado, até na altura estava presente o Sr. Presidente da Câmara e também o Administrador da Sociedade Polis Albufeira. Recordo-me que foi uma reunião no Salão Nobre. E o que me é dado a constatar é que praticou-se isso em algum tempo, uma ou duas sessões em que se abordaram esses projectos, não ainda projectos de execução, mas intenções. Mais recentemente, há um conjunto de intervenções que estão neste momento em concurso e que foram aprovados na Câmara Municipal, alguns até aprovados no momento em que já estavam no terreno sinais físicos dessa intervenção e que não vieram a esta

Assembleia. A pergunta é: se isso resulta tão só de alguma celeridade, se resulta de um esquecimento, ou se resulta da má solução de que ela parte da Sociedade Polis e a Câmara Municipal que era no fundo a entidade condenadora desses projectos? Essa proposta da Assembleia Municipal não é para considerar? Deixo esta questão, penso que é o sítio certo para discutirmos esse assunto. -----

Presidente da Câmara - Eu não sei agora quais foram os processos, mas sei que houve pelo menos duas reuniões da Assembleia Municipal, e estiveram aqui os técnicos para apresentação de projectos, reuniões essas que até foram pouco participativas. Há processos que estão para vir à Assembleia Municipal, nomeadamente a da Av. 25 de Abril, do Jardim, Av. Da Liberdade. Virão à Assembleia antes de ir para concurso, falou-se sobre isso no Conselho de Administração. Estes processos que estão em obra, quer Frente Poente, quer o Centro Antigo, foram os primeiros a serem preparados, vistos e tratados. Lembro-me do arquitecto ter vindo aqui fazer a apresentação desses projectos, e também me lembro que houve duas reuniões pelo menos na Assembleia Municipal, para a apresentação e que tiveram pouca participação. Lembro-me perfeitamente. Enquanto membro do Conselho de Administração, não fiz, nunca farei e não dei nenhum sinal, para que esses processos não venham à Assembleia Municipal antes de irem para concurso. -----

Fernando Anastácio - Sem querer entrar em diálogo, mas só para precisar este assunto. Sem prejuízo, de obviamente, na informação do Sr. Presidente, à frente, encontramos menções expressas de projectos em concreto que foram remetidos para concurso pela Câmara Municipal. Estou a referir-me concretamente a projectos do tratamento de espaço público, naquela zona lá em baixo. O que foi aqui referenciado foi um pedido de intenção. Também este projecto com acesso vertical, também está aqui referenciado. Se recordarem, a deliberação que existe, são os projectos de execução. Nenhum desses projectos veio cá. E por outro lado, independentemente das reuniões serem pouco participativas ou não, recordo-me perfeitamente de ter estado nessas reuniões e portanto não me parece que será correcto fazer um juízo de valores sobre a bondade das reuniões, ou não, se existem são para ser tratados. E recentemente, foi anunciado um concurso público, pela parte do Polis, precisamente à questão que o Sr. Arq. Nascimento suscitou, a questão das arribas, foi aberto recentemente esse concurso. E esse também não foi um projecto que em termos de projecto de execução, tivesse vindo aqui a esta discussão. Estou a suscitar estes 3 exemplos. Como disse, a minha intervenção foi suscitada por estes comentários, sem qualquer prejuízo sobre a questão da minha intervenção que essa podemos fazê-la oportunamente, não estamos aqui agora a comentar as questões que foram colocadas, mas recordo-me que essa questão não passou por esta Assembleia. Só quero deixar esta nota. --

Fernando Neves - Em relação há minha intervenção de há pouco, Sr. Presidente. É que se houvesse aqui um sistema desses, as pessoas que o quisessem utilizar não teriam de ir a Lisboa. -----

Presidente da Câmara - É um processo que já vem da Câmara anterior. Já havia a ideia do projecto para o crematório, até esteve em plano de actividade. E que depois, nos últimos tempos não se avançou em termos práticos. Há intenção, não digo nesta Câmara já, mas na próxima. É um processo que já tem bases. Na altura a obra foi identificada, rondaria os 60 mil contos. O projecto está feito. Não é uma situação nova. É uma situação que está

referenciada. -----

Fernando Neves - Gostaria que o fizessem enquanto eu estou cá. Já tinha ouvido falar do processo na anterior Câmara. -----

Fernando Anastácio - Uma segunda questão. Segundo informação que foi prestada na altura, corrija-me se estou errado, quando foi adjudicada a empreitada do eixo viário, foi retirada da empreitada uma parte, particularmente algumas das intervenções que tinha a haver com o separador central. Consta-se que hoje estavam a colocar palmeiras nesse mesmo separador. Portanto, eu pedia que o executivo apresente na Assembleia Municipal, os termos e as condições de aquisição das referidas palmeiras. Ou seja, se as mesmas se enquadram no referido concurso ou se essa aquisição decorre de um outro procedimento, alternativo àquele de concepção/construção? A verificar-se a existência de uma aquisição não prevista no concurso inicial, e considerando que o concurso inicial previa e foi avaliado nos termos dos critérios de ponderação à sua adjudicação precisamente a questão da intervenção central, saber se estamos perante um desdobramento de concurso ou estamos perante opções diversas a partir da mesma intenção inicial. Um pedido formal ao Sr. Presidente da Assembleia e à Mesa é que, requeira à Câmara Municipal que disponibilize a esta Assembleia para análise, todos os documentos que estão na base tanto do concurso inicial, porque já o fizeram num primeiro momento, como a aquisição recente das referidas palmeiras que estão hoje, dia 30 de Junho, a serem colocadas no separador central do eixo viário ou mais precisamente, a Avenida dos Descobrimentos. -----

O Sr. Presidente da Assembleia encontrava-se ausente da sala, o 1.º Secretário tomou o seu lugar, e não havendo mais intervenções por parte dos membros, deu-se início à ordem de trabalhos. -----

## ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 29/09/2004, 14/10/2004, 18/11/2004 e 20/12/2004;  
1.º Secretário - A acta de 29 de Setembro de 2004, irá ser retirada da ordem do dia, por não estar nas devidas condições, não foi remetida em tempo aos Srs. Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira - Queria colocar uma questão quanto às actas. Eu acredito que o sistema não seja o melhor e que não se consiga ouvir e detectar nas referidas cassetes tudo aquilo que nós dizemos. Coloco à consideração da Mesa e da própria Assembleia, se não haveria possibilidade de outro sistema, para que efectivamente as correcções não fossem recorrentes. E nada tem haver com as pessoas que estão a tirar as notas e fazem as actas. O facto é que, em acta após acta, há imensas correcções a efectuar. Ou a possibilidade de verificar essas actas antes de elas serem colocadas para aprovação com alguma antecedência para que as pessoas possam tomar as devidas notas para correcção. -----

1.º Secretário - As actas são quase uma transcrição fiel daquilo que é adquirido. Elas são arquivadas na Assembleia. Uma vez que são gravadas elas são mantidas na Assembleia e quem as quiser consultar poderá fazê-lo. Obviamente, a transcrição tentando ser uma reprodução fiel do que são as gravações, sê-lo-ão nessa medida, por isso é que são colocadas



à consideração. Nem sempre aquilo que nós dizemos é passível de ser transcrito e entendível para quem o está a fazer. Assim sê-lo-á. Na parte que toca a esta Mesa, tentar-se-á remeter aos membros num período mais longo, para que quando viessem a esta Assembleia, já venham com as correcções efectuadas. -----

O Sr. Presidente da Assembleia retoma o seu lugar e dá continuidade ao ponto.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a votação o ponto. -----

**VOTAÇÃO:** 14/10/2004-----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (3) Helder Guerreiro; Eugénia Baptista e Francelina Lourenço.-----

Votos a favor: (21) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio Ricardo Silva; Adolfo Gregório; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; Fernando Gregório; Berto Palma e Fernando Neves.-----

**Aprovada por maioria** -----

**VOTAÇÃO:** 18/11/2004-----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (2) Eugénia Baptista e Francisco Calhau. -----

Votos a favor: (22) Carlos Silva e Sousa; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio Ricardo Silva; Francelina Lourenço Adolfo Gregório; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; Fernando Gregório; Berto Palma e Fernando Neves. -----

**Aprovada por maioria** -----

**VOTAÇÃO:** 20/12/2004-----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (3) Adolfo Gregório; Carlos Gabriel e Manuel Gonçalves.-----

Votos a favor: (21) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; José Sequeira; Carlos Quintino; Eugénia Baptista; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; Fernando Gregório; Berto Palma e Fernando Neves.-----

**Aprovada por maioria** -----

## PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Pedro Ferro - De acordo com a informação que aqui está sobre uma tomada de posição da Câmara relativamente ao PROTAL, apenas queria solicitar ao Sr. Presidente, que se empenhasse, porque é uma matéria que deve ser acompanhada e quanto mais competência houver, melhor. -----



Fernando Anastácio - Nas informações dos processos judiciais há duas referências que convém conferir. Tem haver com um pequeno conflito entre a Câmara Municipal e o Inatel. De qualquer maneira, não estando aqui referenciado, chegou-me informação, não sei até que ponto é fidedigno, e queria aproveitar o facto de ter aqui o Presidente, que para além de ser o Presidente da Câmara é Administrador da Sociedade Polis, para saber se é verdade que o Inatel, pôs uma providência cautelar relativamente ao concurso lançado pela Sociedade Polis, relativamente ao parque de estacionamento? E em caso afirmativo, qual é o ponto relativamente a essa situação, considerando a importância que tem?-----

Presidente da Câmara - É verdade. Como sabem, a Sociedade Polis em dificuldade de acordo com o Inatel relativamente aos terrenos, promoveu a declaração de utilidade pública, que foi publicado em Diário da República, e que posteriormente o Inatel, que é um instituto público, do Estado, promoveu uma providência cautelar contra o próprio Estado, discordando obviamente dessa intervenção, está a ser analisado no âmbito da Sociedade Polis, do Gabinete Jurídico da Sociedade, mas já mereceu por parte da Sociedade e da minha parte referências junto do Coordenador Nacional do Polis e também junto do Sr. Ministro do Ambiente, com o qual tenho uma reunião agendada para o dia 22, onde obviamente, um dos pontos é esse. Porque, não faz sentido que um organismo que é titulado por o próprio Estado, promova uma providência cautelar contra uma intervenção pública tratada pelo próprio Estado. Obviamente, nesse contexto estão accionados todos os mecanismos de ordem legal com vista a desbloquear essa situação.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia apresenta o ponto seguinte.----

### PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Aditamento ao regulamento de Venda Ambulante, nos termos da alínea a) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a votação o ponto.-----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: (0) -----

Abstenções: (0)-----

Votos a favor: (24) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Eugénia Baptista; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço Adolfo Gregório; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; Fernando Gregório; Berto Palma e Fernando Neves. -----

**Aprovada por unanimidade** -----

### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de autorização para a concessão de um sistema de transportes públicos de interesse turístico em comboio rodoviário articulado (zona poente da cidade), nos termos da alínea a) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Fernando Anastácio - Relativamente a este assunto. Nós não discordamos da existência de um equipamento, como um comboio turístico, ou seja, no verdadeiro significado, um comboio turístico. O que não podemos concordar, é que de facto, aquilo que devia ser um comboio turístico, ou seja, um equipamento que visa mostrar os aspectos turísticos da cidade, associado ao esclarecimento dos pontos de interesse turístico, feito numa lógica essencialmente de mostrar esses mesmos pontos, explicar esses mesmos pontos, dar informação turística a quem nos visita, esteja hoje, e na minha perspectiva e, tão só fruto das insuficiências existentes, (o que é natural quando falta alguma coisa a sociedade tenta responder às carências) esteja transformado, obviamente, naquilo que é um transporte urbano. E hoje este concurso é no fundo o assumirmos na prática essa componente de transporte urbano. Isso só acontece, na nossa perspectiva, precisamente porque o transporte urbano, nos termos em que ele está equacionado, não responde àquilo que são os interesses das pessoas. Porque de facto se respondesse, as pessoas não andavam no comboio turístico, a pagar € 2,00 por cada viagem, andavam sim no autocarro, esse sim, é que deve ter uma componente urbana, de transporte. Eu penso que em vez de carregar nos erros e tornado ao mesmo, quando está mal num lado, resolve-se o outro com o mesmo erro. Faria todo o sentido e isso gostaríamos de ver aqui hoje, era talvez, uma proposta séria de reformulação daquilo que é a rede de transportes existente em Albufeira. Como nos concursos, com boas cargas horárias, como nas zonas onde serve, como inclusive nos equipamentos existentes. Isso sim, seria de facto resolver o problema. Mas não, o que se trás aqui e hoje outra vez, um comboio que tipicamente é perceptível que para onde se pretende levá-lo é para zonas extremamente difíceis, zonas no centro da cidade, zonas onde nem é possível a ultrapassagem de um carro quanto mais a ultrapassagem a um comboio. Inclusive, coloca-se este transporte, numa zona que de acordo com o Programa de Urbanização da Frente mar, é uma zona vedada à circulação (está bem, depois tem aqui uma clausula que dizem suspenderam quando a Câmara achar conveniente, por essa natureza), mas o Plano de Urbanização da Frente Mar prevê precisamente que a zona onde se pretende levar o comboio, aliás aquela zona que está em obras, seja uma zona pedonal, onde eventualmente transporte a existir será um transporte de características muito específicas, como é referenciado nos documentos que estão no Polis. Portanto, na nossa perspectiva, não estamos contra a existência do comboio turístico, achamos que devia existir, não nos termos como está a funcionar, nem naquela de que aqui está. Para os comerciantes, para as empresas, que os operadores turísticos, quem tem negócios e actividades económicas no centro da cidade, é óbvio que está de acordo com o comboio. Lá está. Mal estaria se não estivesse. Porquê? Porque de facto, aquele comboio leva as pessoas. Isso é positivo. Agora, não leva as pessoas de forma adequada. As pessoas deviam ser levadas lá, não por este equipamento, mas sim por uma rede de transportes urbanos eficazes, como deve ser. E toda a gente sabe o que é andar em Albufeira atrás do comboio, a dificuldade que é em ultrapassar, as dificuldades que é trazer este equipamento para as ruas onde terá de vencer declives significativos, como está aqui nestes percursos. E portanto, não podemos de deixar esta reflexão. Olhem para as coisas como elas existem, tenham a capacidade para avaliá-las, para corrigir o que está mal, porque corrigir o que está mal é propor soluções rigorosas. E penso que sobre esta matéria do comboio, toda a gente

terá este ponto de vista, se calhar se este comboio valorizasse as nossas praias, valorizasse os pontos importantes aqui dentro. Se o comboio tivesse uma informação. Se o comboio tivesse isso mesmo, que é a função turística que ele tem noutros sítios onde existe, é de acordar. Agora, a forma e concepção que está aqui é errada. Demonstra que há uma rede de transportes urbanos, que ainda bem que se criou, nós aplaudimos isso, mas precisa urgentemente de ser reformulada. Portanto, o nosso convite à Câmara Municipal, obviamente, foi a Câmara Municipal que meteu este processo à Assembleia, era o seguinte: que se suspendesse esta proposta e que se trouxesse aqui, a curto prazo, uma proposta de reformulação, da avaliação e consequente formação do que tem sido o serviço. Para, por exemplo, saber quais são os rácios de utilização do transporte urbano existente, número de utentes que tem, se há inquéritos de opinião sobre a satisfação desse serviço, quanto custa, quanto poderia custar, qual o envolvimento que a empresa exploradora tem tido na promoção desse equipamento, um conjunto de coisas. E aí, resolvido que tivesse o problema dos transportes urbanos, como deve ser, então a seguir, equacionávamos a abertura de concursos para a prestação de serviços de natureza turística, como hoje está aqui. Isto seria muito mais sensato. Até porque este serviço não pode estar em vigor, o próprio concurso levará que ele não esteja em vigor este verão, nem estamos a responder a uma necessidade especial deste verão, e até é um concurso para 4 anos, ou seja, um concurso para o próximo mandato, também seria até de alguma humildade, digo eu, até democrática, que tivesse a consciência, não sendo uma questão de necessidade urgente que viéssemos aqui no próximo mandato, depois do juízo e da apreciação, pedir questões. Ou então, se estamos aqui, perante coisas que é preciso resolver, vamos para a frente. Mas esta nossa sugestão fica aqui. Proposta: que se suspenda e que tragam aqui uma proposta de discussão dos transportes urbanos, globalmente, do concelho.-----

Francisco Calhau - Apenas para dizer que, não posso estar de acordo com o Dr. Fernando Anastácio. Não podemos de 6 em 6 meses ou de 4 em 4 meses, estejar a por em causa tudo o que aprovámos, sem fundamentação clara. Isto é o que Albufeira menos precisa neste momento. Na realidade, se alguma coisa foi feito em termos de transportes e que tem um peso significativo, goste-se ou não, foi a implementação das linhas de transportes que estão a funcionar neste momento e o comboio turístico. Misturar comboio turístico com as linhas de transporte, não me parece que seja muito correcto. Têm finalidades completamente diferentes, continuam a funcionar bem. A não ser que haja outras motivações, naturalmente políticas, a justificar tal proposta. Quem está à frente do executivo não pode estar sistematicamente a por em causa aquilo que acabou de decidir há 3 ou 4 meses. Senão paramos o Município. A não ser que seja esse o objectivo. É evidente que não concordamos com a exposição que foi feita.-----

Adriano Ferrão - Também não posso concordar com a análise do Sr. Deputado do PS. Pois, considero a análise muito subjectiva. Sem resultados dos inquéritos que falou, dispôs-se logo a classificar como não satisfatório. E toda a gente sabe que o Giro tem sido um sucesso. E por isso as populações que vivem aqui e que nos visitam, têm beneficiado destas linhas de transportes. Essas linhas de transportes, classificadas, logo assim ligeiramente, como não satisfatórias e depois pedir um inquérito ou qualquer coisa nesse sentido, parece-nos subjectivo, não tendo o tal rácio, não tendo os tais dados dos inquéritos que falou.

Pareceu-me estar apoquentado com o próximo mandato, com o que acabou de falar. Depois, olhando para o mapa é fácil de ver as características turísticas deste comboio, só não vê quem não quer, estamos a falar de toda a linha costeira de Albufeira, para o lado poente, que me parece que tem um panorama suficientemente, passa pelo Cemitério Velho, vai até ao Convento da Orada, que é um ponto de interesse desta linha turística. Esta linha turística do comboio, tem também em conta a cidade velha, é uma zona estreita que transportes largos têm dificuldade em circular, o comboio por sua vez maneja muito bem aquelas ruas. Tem também o Beato Vicente. Enfim, tem os panoramas que se conseguem do Cerro Grande e que não são de menosprezar. Enfim. Se não considera isto turístico em Albufeira, então perguntava o que considerava turístico em Albufeira? Será que o comboio devia passar à frente de discotecas e hotéis, e outras coisas assim, que eram feitas antigamente? Parecer-me uma rede de transportes, de interesse turístico não lhe parece. As 3 paragens não colocam em questão se é uma rede de transporte público ou se é uma rede turística. Eu acho que devia ter mais cuidado nas apreciações que foram feitas aqui. -----

Fernando Neves - Eu não estava a pensar em intervir, mas penso que é um assunto que nos afecta a todos e que não é fácil de resolver assim à primeira vista. Porque, sem pender nem para um lado, nem para o outro, nem do PS, nem do PSD, penso que se devia fazer uma análise mais cuidadosa em relação a este ponto, quer do circuito do Giro, quer do circuito do chamado transporte articulado. Eu penso que nesse aspecto, há aqui uma coisa que no meu ponto de vista é preciso analisar com mais cuidado. O comboio turístico, no meu ponto de vista, não é um comboio turístico, é um transporte urbano. Porque para ser turístico tinha de ter algumas modificações, não é só percorrer as coisas para as pessoas verem. Estamos aqui numa fase dupla, digamos, temos o comboio turístico e temos o Giro, que quase não têm diferenças, apenas nas paragens e percursos horários. Penso que há uma sobreposição de interesses. O Giro seria de repensar, que é um transporte urbano, e um circuito não seria o suficiente, em vez do comboio turístico. Penso que, de facto, uma coisa só, poderá resolver o problema, autocarros mais pequenos ou então alterar o percurso do comboio turístico. No comboio turístico o turista vai ali sentado, mas não sabe o que está a ver. Não tem um guia turístico para dar explicações. Cobram o bilhete e "toca a andar". No meu ponto de vista, penso que era preferível analisar esta situação com mais cuidado, e sem querer ser protagonista duma situação, que diz respeito a todos. -----

Francisco Calhau - Para podermos analisar e ver os estudos indicados é preciso termos um ponto de comparação. Eu pergunto qual é o ponto de comparação que nós temos, antes do Giro e antes do comboio turístico? Vamos comparar com o quê? Não estou a ver. É indiscutível, que se formos perguntar a qualquer munícipe, se acha que agora está melhor sem dúvida alguma que sim. A única alternativa que temos, se queremos efectivamente reequacionar é deixar que corra o tempo suficiente da inserção do serviço e isso não acontece em meses. Tem que se deixar passar tempo, fazer análises e inquéritos. Não se lança um serviço público e passados 4 meses está-se a fazer inquéritos à população, para ver se agrada. Não é a qualidade do serviço que os senhores estão a falar, estão a por em causa o serviço. E por em causa um serviço, passado 4 meses, não se põe, que eu saiba. O Sr. Deputado, o que disse é que devíamos ponderar qualquer solução e acabou por dizer que deveríamos ponderar no sentido, eventualmente, na sua óptica, de acabar com os dois

serviços e ter só um. Bem, se eu tenho clientes para um serviço e para o outro, e que sabem distingui-los e utilizá-los, porque é que eu vou acabar e uniformizar os serviços? Se as pessoas hoje entram no comboio turístico porque sabem que é o comboio turístico. Sabem que existe uma alternativa, como os senhores dizem, porque as coisas são difíceis, não são alternativa, mas se sabem que existe essa alternativa, porque é que entram no outro? É porque há diferença. Há diferença nos percursos, há diferença nas características. E portanto, isso justifica quanto a mim, que os dois existam. Aliás, têm sido um sucesso. Por em causa essas questões, agora, apenas se é para aferir qualidade, normalmente faz-se inquéritos às pessoas. Mas não é isso que se está aqui a discutir. Está-se a aqui a discutir, é pôr em causa a sua existência.-----

Fernando Cabrita - O deputado desta Assembleia, Eng. Calhau, faz realmente uso daquele ditado popular: "atira os foguetes e vai buscar as canas". Cria os problemas onde eles não existem. Ninguém pôs em causa as coisas. Pergunta-se é o seguinte: há pouco o deputado Adriano disse isto: parece afinal que aqueles autocarros do Giro, por muito aliciantes que sejam, há sítios por onde não passam, então está lá o comboio para ir passar por lá. Porque é que não se adoptou os mini-bus, como existem em Faro e Portimão? Qual foi o critério que levou à escolha daquele dimensionamento de veículo, em vez das outras soluções; que continuam a passar por aquelas zonas, onde que parece agora, se reconheceu, afinal? O membro da Bancada do PSD efectivamente, até há zonas da parte velha, onde um autocarro não passa. Por quê que Albufeira sendo uma cidade que tem uma parte velha com ruas estreitas, não se optou, ou pelo menos não se criou o autocarro Giro para aquelas artérias com menos dimensão e por quê que não se escolheu o mini-bus para essas zonas da cidade? Teve de se ir buscar o comboio. Parece afinal que não serve só o turismo, como também as populações. Foi isso que se reconheceu. E não há fome que não dê em fartura, como se costuma dizer. É que, se não se podia comprar estes autocarros ou outros, porque ainda não havia sítio implementado de sistema de transportes, porque é que se puseram logo os dois ao mesmo tempo, sem comprovar primeiro o funcionamento de um e depois se verificar, o que é que o outro poderia implantar. Ou o que é que estava mal no primeiro. A questão é esta. É que aqui, de facto, há uma enorme quantidade de meios, parece é que não há cuidado em gerir com parcimónia dinheiros públicos nesse capítulo. Eu penso que era importante ter visto isto. Qual foi o critério que presidiu à escolha daquele tipo de autocarros pela cidade, que é Albufeira, que em termos de arquitectura, talvez só Sesimbra, neste País, seja similar? E digo-lhe mais, quando vemos os comboios cheios daquilo que aparentemente nos parecem turistas, estamos a seguir para outra realidade, é que há muitos estrangeiros que vivem permanentemente ou pelo menos passam mais de 6 meses neste país. São reformados que aqui escolheram a sua opção de vida. Mas eles utilizam o comboio como meio de transporte, isso tenho eu visto exemplos. Há pouco falava-se nas discotecas. Mas basta estar aqui e ver passar 3 ou 4 comboios, que vão cheios para a zona dos bares, para a Oura. Afinal é um meio de transporte. Mas a mim preocupa-me mais aquela questão, porque é que se escolheu um autocarro de tão grandes dimensões, quando outras cidades muito maiores, uma capital de Distrito, outra capital do barlavento, usam autocarros mini-bus, que são mais práticos e comparativamente são mais rentáveis, porque têm menos consumo. Tantas vezes se vêm passar os autocarros vazios. Tantas vezes.-----

Adriano Ferrão - Eu não disse aqui que o Giro não passa nas ruas estreitas, eu disse que, dificilmente passa, mas passa. Tenho de dizer ao Sr. Neves, que o Giro, por exemplo, serve as escolas. Se tem essas dúvidas, um dia destes fique à frente de uma escola e verá as crianças a servirem-se do Giro como meio de transporte. O comboio turístico não serve as escolas. Há obviamente uma diferença. Ao dizerem "só faltava" é porque reconhecem a diferença. O certo, o Sr. Neves tem razão, quando diz que o comboio pela sua natureza turística deve ser potenciado quanto às suas características, deve ter informação sobre Albufeira em várias línguas, deve-se ter mais cuidado com esses aspectos. Se isso não está a ser feito, deve ser realmente verificado. Aí estou de acordo consigo. Mas misturar as naturezas dos dois transportes, é completamente indevido. -----

Pedro Ferro - Neste caso, de facto, não está em causa, nem os transportes urbanos, nem o transporte turístico, ambos os sistemas de transporte são considerados necessários na cidade. O que está em causa, face a uma boa gestão do sistema de transporte sem intervenção de uma avaliação. Daqui a quatro meses pode-se fazer nova avaliação. O que está em causa é fazer o transporte turístico dentro de uma malha urbana. Como dizia há pouco, a única frente paisagística que se avista é de facto entre o castelo do Bispo e o Cemitério Velho. Quanto a não servir as escolas. Provavelmente até devia servir as escolas, porque as escolas ali da zona da Rua do Ténis, estão dentro da zona turística, e porque depois o comboio turístico vai penetrar na malha urbana do Cerro Grande. Os habitantes da zona do Cerro Grande até vão agradecer muito o transporte turístico nesse aspecto, aí também não tenho dúvidas e é importante por causa do tempo. Quanto à questão paisagística: está-se a fazer uma expansão. Se fizessem um transporte para a zona das praias de S. Rafael, Coelha, Castelo, aí tínhamos um percurso paisagístico, aí tínhamos um percurso de interesse turístico, aí tínhamos uma área com turismo e despacho. -----

Francisco Oliveira - Queria fazer aqui uma intervenção no que diz respeito a todos os membros da bancada do PSD, porque mais uma vez parece que não entenderam o que se pretendia, porque a primeira ilação que foi feita, foi que ambos os transportes são necessários, é preciso é reunir condições. Mas se de facto os senhores vêm dizer "bem, está tudo melhor". Claro que está, não existiam, portanto é natural que esteja agora melhor. Ninguém o põe em causa. O que se põe em causa é o objectivo, que é a forma como as coisas no futuro possam vir a ser feitas, nomeadamente, se o comboio turístico é urbano e turístico, se potencia ou não as qualidades turísticas do comboio, porque se for, poderão combater algumas das deficiências que o Giro possa ter. Ninguém disse: "meus amigos, vamos acabar com o Giro, ou vamos acabar com o comboio turístico", vamos entender isto de forma correcta. Se quiserem tirar essas ilações, os senhores castigam-se, porque não foi nada disso que foi referido. O que é dito é: pense-se o que é que se pretende fazer com os transportes em Albufeira. Naturalmente, quando o Giro não existia estávamos muito pior, não à dúvida nenhuma. Quando o comboio turístico não existia, não havia também forma de transportar os turistas. Agora, sendo coisas distintas, sendo coisas que nada têm a haver uma com a outra, dimensiona-se, estuda-se e reequaciona-se. É só isto. Foi só isto que foi comentado, mas há aqui alguém que quer acabar com os transportes em Albufeira. Meus senhores, não foi nada disso que foi dito e afirmo, se quiserem ter essa interpretação, não é concerteza o partido Socialista que as dá. -----

Francisco Calhau - Para mim é claro que existe diferença entre o que é transporte turístico e transporte urbano. Querer apresentar uma alternativa através de um transporte urbano, por causa da malha urbana ser muito estreita, não parece que seja uma razão suficiente para eliminar o transporte turístico. Penso mais, em alguns dos exemplos que até foram aqui apresentados doutras cidades, os transportes urbanos não são estáticos, evoluem. O que significa que a dimensão dos autocarros, como aqui tem estado a ser referido, não deve ser um problema sem solução. Se for necessário, em determinados sítios, deixando passar o tempo essencial para se fazer esse levantamento, como fizeram as cidades que aqui foram referidas, aparecem eventualmente transportes urbanos mais pequenos, mas continuam a ser transportes urbanos, não tendo nada a ver com transporte turístico. É o nosso ponto de vista. As coisas não se confundem. Eu não consigo dizer assim tão claramente, quando o comboio passa ali, que vão trinta pessoas a utiliza-lo como transporte urbano. Sei que é um transporte turístico. Para mim esse é um ponto fulcral. -----

Fernando Neves - É apenas para esclarecer algumas dúvidas mal interpretadas, talvez. A CDU não está contra os transportes públicos, nem os turísticos. Eu só quis clarificar uma situação. E no nosso ponto de vista, Eng. Calhau, o comboio turístico só tem um nome e está a servir. Agora, a quem compete definir se é turístico, ou outro nome, são os serviços da Câmara. Não confundam. Nós sempre estivemos de acordo, tanto no transporte urbano como no turístico. Eu de facto levantei aqui uma questão: se estava dentro do contexto. Vamos analisar, porque tudo o que se passa nesta Câmara, penso que nós todos temos de tentar resolver. Os transportes fazem falta. Há bocado o Sr. Ferrão levantou problema, não façam confusão, eu sei que o transporte para as escolas é da Câmara e lá é outro. Mas, há de facto situações. Estou-me a lembrar de, no Pau da Bandeira, há pouco tempo foi proibido o trânsito a pesados, mas passa lá o comboio turístico, o Giro e por vezes autocarros que vão para o Inatel. Mas isso já é outra discussão, a Câmara tem de estar atenta e ver. O que se passa na rua Alves Correia que é só para ambulâncias e transportes públicos, mas passam lá muitos automóveis e um dia destes ia sendo atropelado por um. Mas isso não é a Câmara que tem culpa, naturalmente, será a BT que tem de fazer uma espreita. Como também o problema do trânsito em Albufeira, que todos nós conhecemos, nesta altura do ano, para descermos a Rua do Pau da Bandeira e subir o Inatel, é complicado e perigoso, com carros estacionados dos dois lados da via e em cima dos passeios. Não há espaço, as pessoas estacionam de qualquer maneira. Há alturas em que a GNR vai lá e reboca, mas há outras que não o faz. Vamos ver bem, de facto qual é a melhor maneira de servir Albufeira em termos de transportes de passageiros. Essa é que é a nossa intervenção, nunca estivemos, nem estaremos contra os serviços públicos de passageiros em Albufeira. -----

Fernando Anastácio - Eng. Calhau, estou de acordo consigo, só que a partir da mesma realidade, tiramos necessariamente conclusões diferentes. Os factos que estão a ser vistos são verdadeiros, depois as conclusões que tira é que eu não consigo perceber como é que lá chega. Vamos à questão de custos, que se calhar é uma coisa importante, ninguém aqui falou. A pergunta é: numa boa gestão municipal faz sentido não otimizar os transportes urbanos, por forma a que eles tenham a maior fluência, por forma a diminuir a factura que a Câmara paga ao operador de transportes e condenar-se a aceitar quer os potenciais clientes do seu serviço que poderiam diminuir a factura, sejam transportados a preços muito mais caros por



uma empresa privada? Já agora para pôrmos as coisas claras como elas são, isto é que é importante dizer. Porque é que a Câmara Municipal paga uma factura, que é o preço da concepção que tem nos transportes, que diminuía se tivesse mais frequência e portanto, nós todos pagaríamos menos. Mas não, a Câmara Municipal conforma-se a que em vez de otimizar, para que os transportes urbanos levem mais gente e vão aqueles locais, abre o caminho para uma empresa privada fazer uma exploração privada em detrimento do interesse público. Isso, são números. E já agora, que está a falar de estudos, qualquer empresa séria, ao fim de quatro meses tem necessariamente informação sobre a rentabilidade desse serviço e as condições de exploração, porque é onde deve motorizar como é que ele funciona, deve saber se ele está a satisfazer o seu público alvo. Agora, como nós lançamos o concurso que lançamos aqui para os transportes urbanos, que nós consideramos necessários, a expressão, mesmo que a gente discorde disso, da forma como está, lançam porque eles fazem falta. Não faz sentido termos um concurso como lançamos, de uma forma que a empresa exploradora do transporte não tem interesse, rigorosamente nenhum, no número de pessoas que transporta. Para a empresa tanto faz ter o autocarro vazio, ou quarenta pessoas, até é mais barato porque suja menos. Isto é gestão. E o Sr. Eng.º Calhau e outras pessoas aqui, que até têm alguma sensibilidade sobre esta matéria, não devem confundir. Não devem por o transporte turístico, que não devia estar a fazer o serviço de transporte urbano, porque permite uma melhor rentabilização do nosso serviço público. Se não são sensíveis a isso, então são sensíveis a quê? A que os nossos turistas para se deslocarem do centro para a Oura para irem para casa, em vez de pagarem €0,50, possam pagar €2,00. Se acham que a qualidade do seu serviço turístico é feito assim, continuem por aí. É essa a vossa opção. E é por isso que eu digo que não estou a misturar as coisas, porque sei o que é o transporte turístico e sei o que é o transporte urbano, os senhores é que misturam. Os senhores, é que metem propostas de transporte urbano a fazer o serviço turístico e em prejuízo do município. Já percebeu a diferença? A resposta está aqui. -----

Francisco Calhau - Em resposta ao Dr. Anastácio, o senhor está-se a exaltar. Eu ouvi-o com muita paciência e não me vou exaltar. Por acaso gostei que me dissesse que qualquer empresa consegue em quatro meses fazer um estudo perfeito, em Albufeira então. Uma empresa que começa no Inverno, tem um cenário e outro no Verão completamente diferente. É curiosa essa afirmação que o senhor fez. Espero que fique em acta. Essa é espectacular. Uma empresa que começa no Inverno e em quatro meses consegue definir o cenário de Verão, é ótimo. Eu acho que ficámos esclarecidos. -----

Fernando Cabrita - Fico a saber que Albufeira é realmente um universo muito especial onde não se conseguem fazer estudos. Ainda não me foi respondido, dentro da proficiência de conhecimentos destas pessoas abalizardíssimas, porque é que se optou por um autocarro daquelas dimensões e não os mini-bus que simbolizam cidades maiores, como Faro e Portimão? -----

Presidente da Assembleia - Agradeço aquém se quer inscrever se inscreva agora porque não vai haver mais inscrições neste ponto. -----

Adriano Ferrão - Ainda não ouvi o deputado Fernando Anastácio e o deputado Fernando Cabrita com propostas de alteração de percurso, para a referida melhoria, para a gestão de recursos. Falam, falam, mas, continuam a achar que os dois transportes colidem quanto ao

interesse público. Não ficou aqui provado nada disso, pelos senhores também. Depois, acho que se devia convidar alguém que é membro desta Assembleia, a passear nos meios de transporte, para terem uma noção mais válida. -----

Presidente da Assembleia - Vamos passar à votação. -----

Fernando Anastácio - Na primeira intervenção fiz uma proposta no sentido de se retirar este ponto de discussão e que em tempo útil fosse agendado a avaliação dos transportes urbanos. -----

Presidente da Assembleia - Tem toda a razão. Agradecia que redigisse por escrito. Passemos à votação desta proposta. -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA PS** -----

Votos a favor: (9) Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Adolfo Gregório; José Aboim e Berto Palma. -----

Abstenções: (0) -----

Votos contra: (13) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Eugénia Baptista; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa e Paulo Freitas. -----

**Proposta reprovada** -----

**Os membros, Fernando Neves e o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro, encontravam-se ausentes da sala.** -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA C.M.A** -----

Votos contra: (0) -----

Abstenções: (10) Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Adolfo Gregório; José Aboim; Berto Palma e Fernando Neves. ---

Votos a favor: (13) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Eugénia Baptista; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa e Paulo Freitas. -----

**Aprovada por maioria** -----

**O Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro, encontrava-se ausente da sala.** -----

## PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração do Plano Director Municipal de Albufeira, ao abrigo do regime simplificado, nos termos da alínea b) do n.º3 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Pedro Ferro - Esta proposta de alteração de PDM visa alterar tudo isto para um mesmo equipamento ou para um outro equipamento de saúde que não se sabe bem o que é, ou outro conceito que possa vir. Qualquer coisa serve. Se isto é planeamento, se isto é desenvolvimento estratégico, nós não nos entendemos. Há de facto algum equipamento de saúde específico, que se pretenda, se há algum interesse público necessário, se está em cima da mesa, se se pretende implementar. Então, não entendo essa urgência e essa necessidade imediata. Se não era uma proposta que dá para tudo, não consideramos isso uma

alteração necessária, como ela está feita quando está para ser alterado o PDM. Não consideramos uma posição estratégica, nem desenvolvimento estratégico. E além disso, consideramos que fica em compromisso a área de indústria e serviços que está na retaguarda, já que não parece compatível um equipamento de saúde numa zona de entrada e saída de uma área de indústria. Repare-se que toda a área que fica para a retaguarda deste equipamento, ou sai para a zona residencial das Ferreiras, ou sai para esta zona industrial. O terminal rodoviário que está a ser feito noutro local, mas mantêm-se lá a proposta, e não é incompatível com a zona de indústria e serviços, e nesse sentido, penso que há também um outro parecer que chama a atenção desse aspecto, não é positivo instalar um equipamento de saúde junto de uma área de indústria e serviços. Esse parecer deve ter chegado posteriormente à deliberação camarária, já que ela vem anexada mais tarde. Peço desculpa, houve um engano da minha parte, esse parecer é da parte dos transportes terrestres e diz que não percebe porquê, já tendo sido alterado se mantém no mesmo sítio a localização da central de camionagem. Gostaria que nos esclarecesse, se há alguma urgência? Se justifica essa urgência? Qual o equipamento que está para ser instalado ou se não existe porque é que existe uma variedade de equipamento em que se deixa tudo em aberto. -----

Presidente da Câmara - Não são mais equipamentos. A estação central de camionagem sai do processo e fica o equipamento de saúde e equipamento público. O que está aqui em causa é que neste momento aquela zona é uma zona que no PDM tem a Central de Camionagem. Como ela está a ser executada aqui, não há necessidade de termos no PDM outra estação Central de Camionagem. As Ferreiras tem necessidade de equipamento público e por outro lado, o que nos parece é que há condições para aquele terreno poder ter um bom equipamento de saúde, quando o concelho carece de equipamentos de saúde. Este é claramente um dos pontos. Criar condições para que, se houver gente interessada e possibilidade de ser instalado equipamentos de saúde, este é um espaço que pelas acessibilidades (A23,A2,EN125, comboio, IP1) fica bem localizado, fica no centro do concelho e numa freguesia em crescimento. Já em execução, a central de camionagem, deixa de fazer sentido. A freguesia tem necessidade de um posto da GNR, de uma Junta de Freguesia, portanto, ali parece-nos que pode ser um espaço enquadrado para estas valências. Também porque é um processo simplificado e a CCDDR deu um parecer favorável porque entendeu qual o nosso propósito. Da parte da camionagem diz que, como estão a fazer uma, não faz sentido que aquela fique ali. Portanto, é uma questão de desbloquear terreno que tinha uma função completamente desajustada e que não faz sentido. E como sabe, o PROT está num processo que não evolui, o PDM só pode ser mexido depois do PROT estar em funcionamento, portanto, o que nos pareceu foi que havia condição, num terreno que tinha utilização e tinha uma função que já estava desajustada, obviamente as Ferreiras precisa de um equipamento público e pareceu-nos que o terreno era suficiente para deixarmos ali um equipamento de saúde que enfim, caso haja gente disponível e interessada e como sabe tem vindo desde há quatro anos e anteriormente também, junto da Câmara pessoas de diversas áreas, interessadas num equipamento de saúde no concelho de Albufeira. Ela é carenciada no contexto turístico, também em termos de residentes há necessidade. Lembro-me de uma Assembleia há um tempo atrás, alguém fez referencia a uma situação dessas. E como sabem que em terrenos agrícolas, em RAN ou outros terrenos, fazer essa possibilidade e

encontrarmos um local é complicado. O objecto é este, não tem outro. Tão claro quanto isto. Pareceu-nos que era possível avançar com este timing, em termos daquilo que era a disponibilidade face a esta alteração. Da parte da CCCR não houve nenhuma dúvida, nem sequer houve alguma questão levantada. Da parte da Câmara Municipal, verificamos os timings. O PROT, não ata nem desata. O PDM, não sabemos quando lhe podemos mexer. ---

Pedro Ferro - Um pequeno esclarecimento. O Sr. Presidente disse que a estação central de camionagem não fazia parte, mas no documento que me chegou à mão diz "estação central de camionagem, equipamento de saúde, ou equipamento público". -----

Presidente da Câmara - Sim. Só depois é que veio da Direcção Geral de Camionagem, dos transportes terrestres, que não havia necessidade da sigla. Melo, depois não foi corrigido e se retirou a estação central de camionagem? -----

Argº Fernando Melo (Director Departamento de Planeamento e Projectos) - Os pareceres que foram solicitados não são pareceres vinculativos. Isso mesmo se diz na informação. Foram solicitados a título construtivo e a opção foi manter a estação central de camionagem, mas não porque se pense neste momento, em avançar com isso, mas porque a intenção era criar valências que pudessem ir para esse espaço, além da central de camionagem. De qualquer das formas é evidente que aquela localização, hoje, com a construção da central de camionagem de Albufeira e com aquele espaço, na realidade acaba por surgir ali no âmbito do PDM. Em 1985, se se lembra, em Vale paraíso, funcionava uma central de camionagem, sem condições e nessa altura houve uma série de agentes que se mostraram interessados em reunirem-se para fazer uma central de camionagem. E foi nesse sentido que a Câmara Municipal, em 95 avançou no PDM com aquela localização. Acho que é unânime que aquele espaço já não tem qualquer condição para esse uso. Isto justificar-se-ia nas Ferreiras, caso pudéssemos conciliar os vários tipos de transportes, o ferroviário e terrestres, mas não naquela localização, como é óbvio. No âmbito do PROT, é uma das exposições que a Câmara ter vindo a defender, é a criação de um centro intermodal de transportes, na zona das Ferreiras, para associar a IP1, Via do Infante e linha férrea, estamos a falar naquela zona, será um equipamento de interesse regional. Portanto, isto faz cair por terra, qualquer ideia de vir a instalar uma central de camionagem. Na realidade, ao manter-se a sigla EEC é superflua. -----

Presidente da Câmara - Também só queria referenciar que, independentemente desta alteração de PDM, nós também já avançamos com duas ou três situações identificadas, nomeadamente o Plano de Pormenor para a zona do Pateo, com vista a desenvolver o golfe, um plano na zona da Guia e eventualmente no Escarpão para a valorização daquele espaço. São intervenções que podem e devem ser feitas, não podemos estar à espera do PROT. É uma questão de aproveitar aquilo que a legislação nos permite fazer. Há situações que podem ser positivas em termos do concelho. -----

Fernando Anastácio - Sobre este assunto, ninguém tem dúvida. Eu penso que já muitas vezes referimos nesta Assembleia, a importância da questão da saúde, as carências que o concelho de Albufeira tem nessa matéria e a necessidade de se encontrar respostas. Penso que é uma matéria consensual. A questão em concreto, não estamos a discutir se estamos contra ou não, das nossas palavras poderá inferir que estamos contra a incidência de soluções na área da saúde. Não estamos. Estamos a falar do planeamento e parece-me claro, e do

conhecimento público, que obviamente a estação central de camionagem prevista no PDM para aquele local, está desajustada. Estamos todos de acordo sobre isso, não tenho dúvidas. Também percebo as dificuldades que as cartas condicionantes dão às alterações que se pretende e portanto, a dificuldade que daí decorre, a não ser numa revisão global do PDM, encontrar soluções para algumas carências. Também aceito como boa essa possibilidade. E também sabemos todos nós, que o regime simplificado também tem balizas estreitas. Não sei se tem presente o PDM? Não sei se tem presente a zona em concreto? E não sei se tem presente o que é que está previsto na zona em concreto? É a zona de estação de comércio e indústria das Ferreiras. A pergunta que coloco é: Aham que o local adequado para uma unidade de saúde é numa zona industrial? Estamos a falar de planeamento. Aham natural colocar a unidade de saúde paredes meias, ou dentro do polígono da zona comercial e industrial das Ferreiras? Se acham que a unidade de saúde está bem ao lado das indústrias, do barulho, ao lado dos camiões que circulam, ao lado de tudo o que é inerente a uma zona industrial, é o planeamento que consegue. Mas eu pergunto: acham que é adequada a solução? Eu percebo a explicação, Ferreiras precisa de equipamentos. A questão de uma unidade de saúde ali naquele local?! Eu percebo a centralidade. Percebo a localização, junto dos meios principais. Tem razão, são argumentos que justificam, não percebo, não concordo e não entendo que devia ser assim. Podem dizer: mas qual é a alternativa? Isso é outra questão. Planear, é isso mesmo, encontrar soluções, mas não é assumir soluções que nós sabemos que não são boas. Ou seja, não me parece que esteja aqui alguém, com bom senso, nesta sala que defenda a colocação de um hospital, pressupõe-se bons acessos é verdade, mas pressupõe-se sossego também. De um lado tem a Sulbetão, mais acima tem a zona urbana das Ferreiras com as oficinas. É isso que estamos a falar. Eu convido-os a abrir o mapa que têm em vosso poder, se acharem que eu vi mal, vejam o picotado que lá está e se não está lá uma zona industrial e serviços e se os 4,5 hectares em causa não estão implementados dentro dessa área. Acho errado colocar uma unidade de saúde dentro de uma zona industrial, portanto qualquer posição que tenhamos em relação a esta matéria, não é contra a unidade de saúde, é sim contra a forma como se planeia a colocação da unidade de saúde. -----

Francisco Calhau - Aqui está uma situação diferente da do ponto anterior. Estamos de acordo na sensibilidade, estamos de acordo nas vias de acesso, até estamos de acordo e penso que foi o Sr. deputado que há um ano referiu que era preciso encontrar um terreno para uma unidade hospitalar pública ou privada. Criticava a Câmara por não o ter já. Estamos todos de acordo nesses pontos. Agora devolvo-lhe a pergunta, de outra forma: acha o Sr, deputado que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve aprovava a construção de um hospital naquela zona, na base dos pressupostos que o senhor alega? Acha possível que a comissão de coordenação tenha dado um parecer favorável, se os seus pressupostos tivessem a importância que lhes está a dar? Estando o PDM condicionado pelo PROT? A CCDR conhece bem a zona, tanto que é uma das entidades que é obrigada a dar parecer. Está a dar-lhe um destino de zona industrial de forma irreversível, o que não é verdade, tanto que a CCDR aprova a possibilidade de construção de uma unidade hospitalar. Está aqui o parecer. A tal CCDR que está sempre contra tudo, acha que aprovava uma unidade hospitalar na tal zona industrial, se os seus pressupostos se verificasse como o Sr. diz? Se tivesse essa carga, eu tenho quase a certeza que a CCDR não aprovava. É a minha

opinião e não a sua. Na minha opinião, este parecer que está aqui da CCDR não existia, se a zona tivesse essa carga negativa que lhe quer dar. -----

Fernando Neves - Vou aprendendo umas coisas e desaprendendo outras. A CCR agora tem o dom de fazer tudo bem. Nós, CDU, lemos os documentos e também somos da opinião que a unidade de saúde, penso que é privada, não vá beneficiar em nada, visto que o acesso será caro, não tenho dados sobre a questão mas penso que o é. E na zona em que o próprio documento aponta para a diversidade de várias instalações industriais. Uma unidade de saúde ali, penso que é inadequado, apesar da CCR dar uma opinião favorável. -----

Presidente da Assembleia - Agradeço que, quem se quer inscrever sobre o assunto o faça agora. -----

Fernando Cabrita - A questão que se põe é esta: o que lá existe neste momento nessa zona industrial e comercial? Provavelmente não existe nada, tal carga não existe. Uma vez que se faça lá essa unidade de saúde, com a tal pureza e bondade que a CCR sempre tem, já não vai nada com carga para lá, embora esteja dependente que os serviços industriais são serviços comerciais com acesso a camionagem, concerteza, com poluição sonora e não só. Ou então vamos esquecer, com realmente há uma infalibilidade absoluta, tal como o Papa, da parte da CCR, teremos que aceitar que eles não teriam cometido em erro (não há erro, eles não são falíveis), portanto podem coexistir perfeitamente. Então vamos aceitar. Há uma coisa que eu talvez não me repugna-se completamente lá por: era a zona do crematório, ou a zona de incineração de lixos tóxicos de um hospital. Aí teria cabimento, seria coincidente a filosofia.

Carlos Gabriel - O que estás aqui em discussão e votação, com o qual me congratulo a posição da Câmara na substituição daquele terreno, o estar destinado só a camionagem e como não temos a revisão do PDM, abra as portas eventualmente a uma unidade de saúde. Eu conheço o terreno. Os senhores já estão a discutir um hospital, eu não sei. Uma unidade de saúde poderá eventualmente lá ser colocada, mas poderá lá ser colocada se calhar a Junta de Freguesia, ou um Posto da GNR, ou outros serviços. O que nós estamos a discutir aqui, é só uma substituição de uso, estava destinado só a camionagem para um outro destino. -----

Francisco Calhau - Não temos a tal carga lá: primeira constatação. Segunda: temos um terreno em que o PDM prevê, ou previa, uma central de camionagem, que já está a ser construída noutro local. Terceira constatação: a lei permite que em regimes simplificados, desde que não se altere o regulamento, se possa efectuar esta alteração. Então, postas as coisas assim, não é o PSD que vai inviabilizar, de certeza, a possibilidade de construção de uma unidade hospitalar naquele local, e é preciso batalhar muito, como sabem, para termos unidades de saúde no nosso concelho. E o que eu digo sobre a CCDR, não é se é boa ou má. O que eu digo é que, normalmente, estamos habituados que a CCDR no seu papel fiscalizador quanto ao cumprimento do PROT, levante extremas dificuldades em algumas alterações. Ora neste caso até deu parecer favorável. E então, volto a afirmar, não vai ser o PSD que vai inviabilizar a possibilidade de se poder construir uma unidade hospitalar na zona em questão. -----

Fernando Anastácio - Para terminar, duas reflexões. Primeiro: há o argumento qualidade de apreciação da CCDR. Se esse argumento vale para aqui, concerteza valerá para outras questões. Recordo-me qual a posição da CCDR a respeito do processo da revisão do PROTAL, e se tivéssemos então a mesma leitura, não consigo perceber o porquê que é a posição da

Câmara Municipal de Albufeira. É só para verificarmos que nem tudo o que vem da CCDR, temos necessariamente de estar de acordo. Segunda questão: foi consultado o Ministério da Saúde? -----

Presidente da Câmara - Foi, mas dentro do prazo, não respondeu. -----

Fernando Anastácio - Não respondeu. Não tiremos a ilação, nem a favor, nem contra. Face a isso, não quer dizer que esteja contra. A questão é esta: o Ministério da Saúde não fez um juízo sobre esta questão em termos de planeamento. E também lhe digo, Sr. deputado, que não somos nós, concerteza, que vamos seja onde for, contribuir para que não se responda a uma carência que existe no concelho de Albufeira e que até hoje não foi resolvida., E será difícil de resolver, porque é um problema difícil, com incidências nacionais, com construções concelhias também. Mas cabe-nos a nós e particularmente à Assembleia Municipal, é para isso que estamos aqui, a alertar que nem sempre, sem prejuízo da solução, poder ir em conta de uma necessidade, essa solução é a melhor. E na nossa opinião do ponto de vista do planeamento, esta solução não é a melhor. Desde o início lhe estou a dizer isto, porque de facto, estamos a colocar a possibilidade de implantar uma unidade de saúde, seja ele de que natureza for, numa zona destinada a expansão de comércio e indústria. Vá ao regulamento do PDM e veja quais são as indústrias que lá estão previstas, uma, como deve-se lembrar e a Sul Betão que está precisamente em frente. Não é só o Eng.º Gabriel que conhece o terreno. Do ponto de vista disso, na nossa opinião, não é uma solução de planeamento. É nesse plano que estamos aqui a discutir, que fique claro que nós obviamente, valorizamos a situação de encontrarmos uma solução para a unidade de saúde, temos reservas inclusive, que esta solução nos termos em que está posta, não possa deixar prejudicar uma outra alternativa de unidade de saúde, porque está correndo o risco do planeamento que tem, poderá a médio prazo confrontar-se com um concreto quando tivermos de discutir (se é que tivermos de discutir) algumas dificuldades do seu posicionamento em função da questão concreta. Mas, fique claro, que esta é uma má solução de planeamento do ponto de vista do ordenamento do território, que é isso que estamos aqui a falar. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Contra: (0) -----

Abstenções: (8) Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Adolfo Gregório; Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Votos a favor: (14) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Eugénia Baptista; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas e Berto Palma. -----

**Aprovada por maioria** -----

**Os membros, Francisco Oliveira e Francisco Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, encontravam-se ausentes da sala.** -----

Presidente da Assembleia - Senhores membros da Assembleia, passa da meia-noite. Vamos ter que deliberar sobre a continuação, nos termos do regimento. -----

**VOTAÇÃO: CONTINUAÇÃO DA SESSÃO** -----

Contra: (4) Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio e Francelina Lourenço. -----

Abstenções: (0) -----



Votos a favor: (18) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Eugénia Baptista; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Ricardo Silva; Adolfo Gregório; Fernando Gregório; Berto Palma e Fernando Neves. -----

**Aprovada por maioria** -----

**Os membros, Francisco Oliveira e Francisco Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, encontravam-se ausentes da sala.** -----

## PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, de desafecção do domínio público, de uma parcela de terreno - processo de obras particulares n.º 25/86, de Adelino Ribeiro e José de Jesus Cabrita, nos termos da alínea b) do n.º4 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; ---

**Os membros, Fernando Cabrita, Fernando Anastácio e Pedro Ferro, saíram da sala, por impedimento legal de participar neste ponto.** -----

O Presidente da Assembleia, apresenta o ponto e coloca-o a discussão. -----

Fernando Neves - Este terreno faz parte do domínio público municipal, há muitos anos não havia lá nada na altura? Agora existe prédios. -----

Presidente da Câmara - Foi um bocado que ficou, onde estava aquela loja de óculos, ao lado está um espaço que é público, agora. São nove metros quadrados. Foi o arranjo daquele edifício, É um processo simples que já vem de noventa e sete. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Contra: (0) -----

Abstenções: (1) Berto Palma. -----

Votos a favor: (18) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Eugénia Baptista; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Ricardo Silva; Francelina Lourenço Adolfo Gregório; Fernando Gregório e Fernando Neves.-----

**Aprovada por maioria** -----

**Os membros, Francisco Oliveira e Francisco Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, encontravam-se ausentes da sala.** -----

Os membros, Fernando Cabrita, Fernando Anastácio e Pedro Ferro, regressam à sala. -----

Fernando Anastácio - Proponho a alteração da ordem de trabalhos. A alteração ao Plano pressupõe a imposição do empréstimo. Aliás, a proposta que vem referenciada sobre a opção do plano, vem referenciada a empréstimo. Parece-me que seria lógico que primeiro se discutisse o empréstimo, se de facto a Assembleia autoriza o empréstimo, e seguidamente os restantes pontos. -----

Presidente da Assembleia - A proposta é pacífica. Aceitam que se faça a alteração na ordem de trabalhos? -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

## PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para a contratação do pedido de empréstimo para investimento até ao montante de € 900.000,00, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia, apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

Fernando Anastácio - relativamente a esta questão do empréstimo, a nossa questão é pura e simplesmente a necessidade deste empréstimo. Pretende-se contratar um empréstimo no valor de €900 000,00 e fundamenta-se esse empréstimo com reutilizações desse empréstimo. São precisamente o sistema de intersecção de Paderne, segunda fase, Ameijoafas. Começo por fazer um comentário. Se calhar, será preciso que os debates públicos se avivem, provavelmente avivam-se quando estamos próximos de campanhas eleitorais, porque só assim, de facto, a Câmara Municipal se lembrou que as Ameijoafas existem. Passaram quatro anos sem resolver o problema, foi preciso este assunto ter sido trazido para discussão política, ou seja, o PS o tivesse colocado, para que a Câmara Municipal de Albufeira se apressasse a fazer uma proposta de contratação de empréstimo para dotarem a população das Ameijoafas do almejado saneamento básico. Registamos por um lado, mas também registamos que não foram capazes em tempo útil e ao longo do mandato, fazer o que prometeram. Não são uns dias antes do último mandato e porque neste caso a oposição suscitou problema, se apressassem a contrair empréstimo para dizer, não fez mas até já se endividou para fazer. Na nossa opinião, endividar não é necessariamente um bom sinónimo de boa gestão, aliás, neste país o que se debate precisamente é o problema do endividamento, e fazia sentido, de facto, nesta altura, também a Câmara deveria ter alguma contenção. Já que estamos aqui por isto, de facto permitam-me a leitura, não passa mais do que uma promessa porque obviamente não vão fazer em tempo, pelo menos neste mandato. A única coisa que a bancada do PS está em condições de dizer aqui hoje, é que a população das Ameijoafas pode estar descansada porque com o apoio do PS neste município de Albufeira, não é preciso contrair €900 000,00 de empréstimo para fazer o saneamento. Ou seja, nós somos capazes, se calhar, de cortar noutras coisas que já vamos discutir mais à frente, mas não precisamos deste empréstimo. Portanto, este empréstimo é uma materialização, na nossa opinião, daquilo que é o trabalho da cigarra, que de alguma maneira desperdiçou e que neste caso não passa fome de Inverno, mas contrai empréstimos. É no fundo a imagem que temos aqui. Para que fique claro, mais uma vez repito, podem não ter percebido, não estamos contra o saneamento, não estamos contra a estrada de Montechoro/Fontainhas/Branqueira, achamos que faz muita falta, achamos é que não é preciso, uma boa gestão não se precisa de se endividar para fazer isto, poupa noutras coisas e tem dinheiro para o fazer. Tão só quanto isto. Portanto, essas obras são necessárias, já deviam ter sido feitas há muito tempo, houve outras prioridades que na nossa opinião não eram prioridades, puseram estas obras para trás e na nossa perspectiva isto não representa nem mais do que, ou esta proposta ou o folheto eleitoral, a diferença é muito pequena. Esta é a nossa posição relativamente a esta proposta, não passa de um folheto eleitoral. -----

Francisco Calhau - Solicitava, se possível, um breve esclarecimento sobre a questão. -----

Presidente da Câmara - Quem ouve e lê as actas em que o Sr. deputado ocupa a maior parte, se não houver uma resposta que ponha em causa o que o Sr. diz, parece que a verdade está toda dessa lado. A verdade é que não está. As opções desta Câmara nestes últimos três anos e meio foram as opções deste executivo. E durante estes anos fizemos muita coisa que durante vinte anos o Partido Socialista que fez a gestão desta casa, nunca fez. Esta é que é a realidade. E não conseguimos fazer em três anos e meio o saneamento da freguesia de Paderne, como não conseguimos fazer outras coisas. Está a dizer que já devia estar feito, se calhar já devia estar feito até no mandato anterior. -----

Fernando Anastácio - O Senhor prometeu! -----

Presidente da Câmara - E quantas coisas o PS prometeu ao longo dos anos e nós agora tivemos de o fazer. A história da boa gestão e do rigor, dá a impressão que está toda desse lado, nota-se isso. Nós nesta casa, no ano de 1995, passamos "as passas do Algarve", não sei se a memória é curta. Há dez anos quem é que fazia a gestão de uma casa onde andamos aqui todos aflitos? Nós estamos a fazer uma gestão que nos parece ser a indicada em função dos nossos compromissos e das nossas responsabilidades. E como o Sr. diz, quando chegar a altura da avaliação, os munícipes de Albufeira farão a avaliação. Nem todos gostam de mim, nem todos gostam de si. Nem todos gostam do PS, nem todos gostam do PSD. E farão a avaliação, nem em função de mais cartazes ou menos, ou mais política eleitoral ou menos. Agora há aqui a necessidade de intervir entre as duas. Nós metemos este montante no empréstimo porque temos acesso a ele e podemos fazê-lo para situações concretas. O importante é intervir nas obras que são necessárias, e portanto a proposta é exactamente essa. Encontramos forma de fazer as obras que são fundamentais, que são os esgotos das Ameijoafas e a estrada que liga Montechoro a Fontainhas. Discorde-se ou não, o facto é que a proposta é esta, o empréstimo que está aqui é para isto e portanto esta é a realidade.

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta Freguesia Paderne) - Eu não vou perdoar que grande parte da obra ficou por concluir. Há três anos e meio que foi feita a primeira fase do projecto das Ameijoafas e nunca foi feita a segunda. E se me lembro bem, fizemos a visita a Paderne e tiramos um cálculo e recorde-me que, junto à BP foi dito que o concurso ia avançar o mais rápido possível. É verdade que passaram três anos e meio e só agora é que o concurso vem. É evidente que eu quando tenho falta, também tenho de fazer empréstimos. Como se costuma dizer, mais vale tarde que nunca. Agora, não deixa de ser um pouco um caso eleitoralista, nós sabemos que não vai ser feito este ano. Outra situação que quero mencionar, que tive há tempos atrás, esta é a zona do PDM que mais terrenos tem para construção e que na altura foi feita uma obra e um outro projecto foi recusado por falta de fundamento. Por isso mesmo, eu, no empréstimo voto a favor. -----

Adriano Ferrão - Agora tudo é eleitoralismo, tudo é campanha eleitoral, tudo são interesses. Gastar dinheiro levemente, não me parece ser característica, nem modo dado pelo executivo do PSD. O empréstimo não passa de um instrumento de investimento e esse investimento é a favor dos munícipes, quando são as obras em causa e a imagem desta cidade para o exterior. O que eu sei é que, com a fortuna que gasta em papéis aí na rua, aí é que já não me parece bem. -----

Fernando Neves - A CDU desde que os pedidos de empréstimo sejam para beneficiar as populações, está sempre de acordo. É pena é que estas situações aconteçam, com ataques de

um lado e ataques do outro, entre o PS e o PSD. Da nossa parte tudo o que seja para beneficiar a população é aceite. É a nossa postura e continuará a ser independentemente dos ataques entre PS e PSD. Quando a CDU toma uma posição nesta Assembleia, não quer dizer que está do lado do PS ou do PSD, analisa a situação e vê na sua consciência se de facto está de acordo ou não. Não estamos aqui para atacar nem A nem B. -----  
 Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Contra: (0) -----

Abstenções: (3) Pedro Ferro; Fernando Anastácio e Francelina Lourenço. -----

Votos a favor: (20) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Eugénia Baptista; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Fernando Cabrita; Ricardo Silva; Adolfo Gregório; Fernando Gregório; Berto Palma; Francisco Guerreiro e Fernando Neves. --

**Aprovada por maioria** -----

**O membro Francisco Oliveira, encontrava-se ausente da sala.** -----

### PONTOS SETIMO E OITAVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2005/2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da 2ª Revisão do Orçamento de 2005, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; ---

O Presidente da Assembleia, apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

Fernando Anastácio - Os argumentos levados antes não vou repeti-los sobre a questão do empréstimo, é redundante. Aliás, uma parte do que aqui já foi dito, pelo menos cerca de 50% tem a haver com os valores afectos aqui, tem a haver com a contratualização que fizemos anteriormente. Não deixaram de se notar que a inscrição de muitos projectos que aqui aparecem têm a haver com aquisições, de equipamentos e autocarros. Há aqui uma referência de um aspecto positivo que não posso deixar de referenciar, os equipamentos GPS para os táxis, pode ser que consiga para além das questões de segurança, um melhor serviço nesta área dos transportes que já falamos aqui e que não se reconduz só aos meios de transporte que aqui falamos, que entrona também os táxis e outros serviços que estão aqui. De qualquer forma, o documento em si, está na linha daquilo que tem sido os documentos dotados desta matéria. É no fundo uma alteração de ajustamento, em relação a um conjunto de coisas. E é com alguma preocupação que notamos que a telegestão da rede de abastecimento de água e da rede de drenagem das águas residuais, tem ficado retraída. Ou seja, no momento que é extremamente importante conhecermos e ter-mos uma gestão deste nosso recurso que é a água, recurso escasso, não tenha sido possível implementar este equipamento. Por isso, é com o reparo que deixamos essa questão aqui, sem prejuízo de dizer ... Prescindindo da palavra, não há condições para continuar. O Presidente da Assembleia pede silêncio. -----

O Presidente da Assembleia, passa a palavra ao Vice-Presidente, para dar um pequeno esclarecimento sobre a matéria em questão. -----

Vice-Presidente da Câmara - Só queria esclarecer o Sr. Deputado que não houve grande prejuízo na rede de águas e saneamento. Um pormenor: não seria necessário alterar a ordem de trabalhos, passar o ponto décimo primeiro para antes do ponto sétimo, uma vez que o ponto sétimo continua como financiamento a definir, portanto só estará definido quando o empréstimo estivesse realmente aprovado aqui. Não fez mal alterar a ordem, mas também não era imperioso que acontecesse. Por outro lado, também quero registar que está previsto a aquisição de um carro de combate a incêndios para os bombeiros e um barco para os nadadores-salvadores, para ficar à disposição da associação de nadadores-salvadores para melhor intervirem em acidentes que possam haver nessa área. É realmente um ajustamento, para além das duas obras que já referenciamos, estrada de Montechoro/Fontaínhas e Saneamento das Ameijoafas, que está no documento desde o princípio mas não estava com financiamento. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca os pontos a votação. ----

#### **VOTAÇÃO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO** -----

Contra: (0) -----

Abstenções: (9) Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Adolfo Gregório; Berto Palma; Francisco Guerreiro e Fernando Neves.

Votos a favor: (14) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Eugénia Baptista; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas e Fernando Gregório. -----

**Aprovada por maioria** -----

**O membro Francisco Oliveira encontrava-se ausente da sala.** -----

#### **VOTAÇÃO: ORÇAMENTO** -----

Contra: (0) -----

Abstenções: (9) Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Adolfo Gregório; Berto Palma; Francisco Guerreiro e Fernando Neves.

Votos a favor: (14) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Eugénia Baptista; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas e Fernando Gregório. -----

**Aprovada por maioria** -----

**O membro Francisco Oliveira encontrava-se ausente da sala.** -----

### **PONTO NONO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de equipamento de iluminação de Natal em regime de aluguer, nos termos da n.º 1 e n.º 6 do art. 22º do D.L. n.º197/99, de 8 de Junho. -----

O Presidente da Assembleia, apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

Fernando Neves - Vou repetir o que tenho dito todos os anos, é apenas para reforçar a posição da CDU sobre a matéria. Já há muitos anos que o governo vem a pedir sacrifícios aos contribuintes e este ano não fugiu à regra, apesar de ser outro governo. Não vejo aqui nesta proposta do concurso público para fornecimento de iluminação de Natal, qualquer redução nos custos. É só para dizer que a CDU está contra. -----

Pedro Ferro - No que diz respeito à iluminação e no que reporta às freguesias, na freguesia de Albufeira vamos ter durante o Inverno as obras do Polis, na Av. Da Liberdade e Largo Duarte Pacheco. Essas ruas estão claramente em construção. Ao retirar-se estas zonas, não se entende porque é que se vai carregar outros sítios, nomeadamente Rua do Ténis e Rua Primeiro de Dezembro, que não são zonas com equipamentos comerciais, em vez de se economizar um pouco? -----

Presidente da Câmara - É porque há aqui nesta zona alguns comerciantes que já vários anos têm manifestado a sua vontade em ter as ruas iluminadas, porque até são ruas principais de entrada em Albufeira e também porque é um acesso à zona antiga do Beato Vicente. A razão é esta. Tudo isto é discutível, mas o facto é que Albufeira nos últimos anos tem sido referenciada como ponto extremamente importante de visita face á iluminação de Natal que tem apresentado e o seu programa de Fim-de-Ano. Temos mostrado que esse investimento tem sido a promoção do concelho. Em relação às freguesias. Quando uma rua fica esquecida, são os próprios Presidentes de Junta que vêm ter com a Câmara para fazer a correcção. Esta é a realidade, não é concerteza por eu ter uma casa nesta rua. Havia a opção, não fazer ou fazer bem. -----

Fernando Anastácio - Nós já falamos aqui repetidamente nesta iluminação de Natal. É evidente, a iluminação de Natal pode ser instrumento importante na imagem e animação da cidade. Já agora que estamos no Natal, estamos na Assembleia e esta questão é plurianual, é importante notar que nestas matérias não deve ser só a Câmara Municipal a impor-se. Todos nós sabemos as dificuldades que existe no comércio em Albufeira, já não ponho a questão do problema da comparticipação que noutros sítios se faz, mas também penso que fazia todo o sentido e aqui acho que todos nós e a Câmara deve fazer um esforço nesse sentido, de existir uma politica de sensibilização aos comerciantes, porque de facto não basta pôr luzes de Natal na rua. Ou seja, uma rua pode estar iluminada na altura do Natal, mas essa rua tem uma vida própria, tem de ter mais qualquer coisa, têm os próprios comerciantes dessas zonas fazerem um esforço para que os horários de abertura, as próprias montras, criem também alguma vida, no espaço que é o deles, que é o da nossa cidade e onde nós contribuimos para que este seja melhor. Todos se recordam que neste natal e o outro anterior, encontramos iluminação de Natal, mas que isso não mudou em nada os hábitos e a atitude de alguns comerciantes à sua forma de actuar. Portanto, acho que estas questões devem ser associadas a alguma pedagogia e a alguma sensibilização, pela parte da Câmara Municipal, fazia sentido também, o comercio apesar das suas dificuldades e aqui não se faz com dinheiro, não é normalmente com o dinheiro que se resolvem os problemas, mas com questão de atitude. Isso não se notou. É evidente que toda a gente quer luzes, não tenho dúvidas que falam com o Sr. Presidente que querem mais, todos pedem, obviamente. Agora, também fazia algum sentido, parece-me que não temos nenhum compromisso, nem nenhum objectivo estratégico que tenhamos de gastar 325 000,00€ mais Iva, em cada iluminação de Natal. Se podermos resolver o problema com 250 000,00€, se calhar poupamos alguma coisa. No momento em que o centro da cidade vai para obras, de Novembro a Abril, de acordo com o que está previsto não haverá actividade económica no centro, pelo que aí a iluminação não me parece razoável. Acho que de facto não houve aqui a preocupação de ter alguma contenção nos custos e nas despesas, sem pôr em causa aquilo que é importante, os

objectivos da promoção. Acho que não se aproveitou uma situação objectiva que nos permitia até poupar. Foi-se responder a solicitações, que se calhar são muito legítimas do ponto de vista pessoal, mas do interesse colectivo não serão. -----

Fernando Cabrita - Eu compreendo perfeitamente que as pessoas assediem, no bem sentido, O Sr. Presidente, para que lhes faça aquilo que eles acham que é bom. A questão que se põe é: este ano parece-me que era um bom ano para justificar que há que poupar um bocado, não só na água mas também no fogo de artifício e também na iluminação e energia eléctrica, porque parte dessa energia vem das centrais que não temos em condições de funcionar de forma barata, sendo certo que não há água e os custos do gasóleo já subiram 40% este ano. E por outro lado, se não se pode efectivamente iluminar as zonas centrais pelas razões que já foram apontadas, está por outro lado a assumir um outro compromisso porque dentro em breve, no próximo ano, ou dois anos, essas zonas voltam a ser iluminadas e entretanto assumiram-se outros compromissos que depois não será fácil negar. Não será fácil dizer: este ano, não vão ter iluminação nessa zona porque já voltamos a iluminar o centro. É complicado esse raciocínio e de facto por uma questão de lógica, deveria haver uma certa parcimónia nos gastos nesse sentido. Eu já uma vez aqui votei contra aquilo que me pareceu excessos no fogo de artifício e neste momento sinto-me tentado a votar contra esta questão. -----

Francisco Calhau - Penso que a Câmara já está a fazer. Num encontro sobre gestão energética, tive o agradável prazer de verificar que no Algarve, a Câmara Municipal de Albufeira era uma das duas Câmaras que tinha concorrido a projectos financiados, precisamente na óptica de fazer uma melhor gestão de energia pública. Penso que neste aspecto, fica o recado, mas a Câmara já está a fazê-lo. -----

O Presidente da Assembleia, pergunta se mais alguém quer intervir. Não havendo mais intervenções coloca o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Contra: (4) Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Francelina Lourenço e Fernando Neves. -----

Abstenções: (2) Fernando Anastácio; Ricardo Silva; -----

Votos a favor: (17) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Eugénia Baptista; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Adolfo Gregório; Berto Palma; Francisco Guerreiro e Fernando Gregório. -----

**Aprovada por maioria** -----

**O membro Francisco Oliveira encontrava-se ausente da sala.** -----

### **PONTO DÉCIMO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para alienação de um prédio rústico destinado à construção de habitação a custos controlados (CHH) nas Ferreiras, por empresas privadas, nos termos da alínea i) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto, convida a Srª. Vereadora, Ana Vidigal, a tomar acento na mesa e passa a palavra aos membros para poderem intervirem. -----



Pedro Ferro - Pedia um esclarecimento sobre o terreno, na medida em que este é um terreno com uma forma bastante estranha, mas é assim que ele é. Olhando para a propriedade, tem espaço construtível para o lado Norte acima da via a transversal, mas depois ele vai para sul por um afastamento entre a travessia muito restrita e limitada, a zona de implantação da construção embora possa contar para efeitos de índice. É uma zona agrícola. -----

Vereadora Ana Vidigal - Este terreno já existia, é propriedade da Câmara e estava prevista a construção de 22 fogos. Entretanto houve uma avaliação, feita pelos serviços, no sentido de verificar se havia possibilidade de implantar uma área de construção que fosse compatível com a construção de mais fogos. Essa avaliação foi feita, os serviços renunciaram-se, pediram inclusivamente a desafecção à Direcção Regional da Agricultura, a qual foi concedida e conseguimos implantar esse espaço numa construção que viabiliza 38 fogos, sendo que a tipologia desses fogos também uma tipologia com uma área bastante maior e que possibilita a introdução de T3 em dimensão considerada social e que muita falta faz, nomeadamente às famílias que não têm qualquer possibilidade de aquisição. Temos três fogos T1, vinte fogos T2, e quinze fogos T3. relativamente às implantações, obviamente que houve estudos da parte do Corpo Técnico. As soluções a apresentar por parte dos construtores serão de estudos prévios e projectos de concepção/construção, a serem avaliados pela Câmara e o Instituto Nacional de Habitação. -----

Pedro Ferro - Solicitava à Sra. Vereadora que me informasse qual é a área prevista para T3, T2 e T1, e se está prevista área comercial. -----

Vereadora Ana Vidigal - Não está prevista área comercial. Aliás, detectei agora aqui um erro no caderno de encargos, que obviamente terão notado e que se refere exactamente à implantação de uma área comercial, que não corresponde à realidade, foi pedido que fosse retirada. Toda a gente sabia que não era assim, é apenas habitação com algumas garagens. E nessa conformidade, gostaria de saber qual era a forma de ultrapassar esta questão sem atrasar o processo. -----

Pedro Ferro - As áreas brutas dos fogos e estacionamento, quais são? -----

Vereadora Ana Vidigal - De memória não sei, deverá estar no processo. -----

Arqº Fernando Melo (Director Departamento de Planeamento e Projectos) - Essas áreas decorrem de regulamento específico do Centro de Habitação Social, que estabelecem áreas mínimas e máximas para fogos desse género. Isso não é transposto para o caderno de encargos. O processo a apresentar tem de ser aprovado pelo INH e tem de estar de acordo, com as regras dos regulamentos existentes. -----

Fernando Anastácio - Na lógica e na sequência deste pedido de esclarecimento, é precisamente essa questão que nos suscita algumas reservas, que é o seguinte: vem aqui no caderno de encargos, qualquer coisa como 6 000 m<sup>2</sup> de área bruta de construção. Ora bem, fazendo uma conta muito simples, que é face aos números de fogos previstos e se verificar as tipologias, eu correrei o risco de quase sem prejuízo de me enganar, de que estamos aqui a exceder as áreas previstas para as diferentes tipologias no regime a custos controlados. Temos aqui muito mais área do que aquela área máxima que é susceptível de poder ser edificada neste regime. A minha pergunta é: se os serviços, de facto, têm a certeza que as tipologias T1, T2 e T3, mesmo construídas de acordo com a Portaria que regulamenta essa

matéria, são susceptíveis de ocuparem 5 900 m<sup>2</sup> de área de construção bruta, que é o que está aqui? Façam as contas, não é preciso grande ciência. O promotor que se propõe comprar, vai dar um preço por fogo na proposta, no pressuposto que tem uma capacidade construtiva de 6 000 m<sup>2</sup>, que vai comercializar. Estão seguros, que aplicando a Portaria face aos números das tipologias, conseguem construir 6 000 m<sup>2</sup>? Gostava que me respondessem. Toda a gente sabe que, fazendo bem as contas, dá cento e cinquenta e tal metros quadrados de área de construção por fogo T1. Temos aí T3 com mais de 200 m<sup>2</sup>. Toda a gente sabe que isso ultrapassa claramente os parâmetros do que está na Portaria da Habitação. -----

Presidente da Câmara - Há aqui duas questões. Uma, é a questão da proposta enquanto proposta de intervenção para alienação para fogos na área social. A outra, é a questão técnica das áreas, das propostas, de acordo com as regras que estão em cima da mesa. São distintas, mas complementam-se. Sobre a necessidade de encontrar condições para se poderem construir estes 38 fogos, a custos controlados, dentro daquilo que são as regras instituídas e de acordo com aquilo que é o processo, que depois pode ser posto à disposição, são duas coisas distintas. Tecnicamente o Arq. Melo poderá explicar melhor. -----

O Presidente da Assembleia convida o Arq. Melo a ter acento na mesa, para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Arq<sup>o</sup> Fernando Melo (Director Departamento de Planeamento e Projectos) - O terreno, como se vê, tem uma forma bastante complicada de trabalhar. O estudo que foi feito a nível de volumetria, conduziu os serviços para estes números de fogos. Admito que possa haver aqui um pequeno ajustamento em função desses parâmetros. Neste momento não posso responder com certeza absoluta sobre estes valores que aqui se encontram. O que nós fizemos foi um estudo em função da volumetria, como não acompanhei o estudo, não lhe posso responder aos parâmetros de dimensionamento. -----

Vereadora Ana Vidigal - Aquilo que os técnicos que acompanharam o processo me referenciaram, é que tudo estaria em conformidade e em condições com a Portaria e o PDM.

Pedro Ferro - A aprovação desta proposta obriga aos 38 fogos ou permite que seja rectificado o número de fogos, já que me parece 150m<sup>2</sup> por fogo para T1 e T2, é uma área excessiva para uma construção a custos controlados. Parece-me que havia possibilidade de aumentar os números de fogos. -----

Vereadora Ana Vidigal - Há possibilidade de aumentar o número de fogos se a tipologia for também alterada. Estamos a alienar o terreno para uma construção de 6 000m<sup>2</sup>, é importante saber se estamos a alienar para estes fogos obrigatórios. -----

Pedro Ferro - Se estamos a alienar o terreno para uma construção de 6 000m<sup>2</sup>, é importante saber se estamos a alienar para estes fogos obrigatórios. -----

Arq<sup>o</sup> Fernando Melo (Director Departamento de Planeamento e Projectos) - Sr. Presidente, há aqui uma nota que foi levantada e efectivamente isto corrige-se da seguinte forma: o número de fogos apontados no caderno de encargos, é o número mínimo. Propõe-se que o concurso que pressupõe a apresentação por parte das empresas concorrentes de um estudo prévio a acompanhar a sua proposta, uma vez que os projectos são da responsabilidade da empresa concorrente, o número de fogos também poderá deixar de ser vinculativo. E isso tem a ver com a capacidade que a empresa terá de propor uma boa solução em função das

características do terreno. -----

Fernando Anastácio - Essa questão, do ponto de vista prático, estaria bem assim, mas só que depois não temos, até nos parâmetros de apreciação da própria proposta, definidas por exemplo a valorização que podemos fazer relativamente a esse indicador de optimização. Como é que valorizam uma proposta que tem 40 fogos, face a outra que tem 42? Penso que há aqui necessidade de ponderar este assunto, sem prejuízo de se fazer uma Assembleia Extraordinária, para resolver este assunto. -----

Presidente da Câmara - É uma questão de pormenor. -----

Fernando Anastácio - Já agora uma sugestão: se calhar não precisa de ser colocado no caderno de encargos os m2 de construção, apenas em questão máxima, as outras soluções devem ser ponderadas na perspectiva de optimizar e criar oferta. -----

Argº Fernando Melo (Director Departamento de Planeamento e Projectos) - O número de fogos deve passar a ser mínimo e deve ser valorizado. -----

Presidente da Assembleia - Nós, enquanto Assembleia Municipal, está-nos vedado, em quaisquer das maneiras, decidir algo em que há algumas dúvidas. Nos termos do n.º 6 do art.53º, não podemos alterar este tipo de proposta. Para andarmos aqui às voltas, não vale a pena. Proponho que, face aos argumentos explanados, que a proposta seja retirada. -----

**VOTAÇÃO: RETIRAR PROPOSTA** -----

Contra: (0) -----

Abstenções: (0) -----

Votos a favor: (23) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Eugénia Baptista; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Hélder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Hélder Sousa; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Adolfo Gregório; Berto Palma; Francisco Guerreiro e Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

**Aprovada por unanimidade dos presentes** -----

**O membro Francisco Oliveira encontrava-se ausente da sala.** -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, a minuta das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:50 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 1 de Julho de 2005 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

-----